

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ENERGIA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 007/2021

PROCESSO SEI-220009/000268/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)

1 INTRODUÇÃO

1.1 A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AgeRio, com sede na Av. Rio Branco, nº 245 - 3º andar, Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20.040-917, torna público que, devidamente autorizada pela autoridade superior **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC** da AgeRio, com base no Regime de Alçadas em Compras e Contratações – ALD.004.005 da AgeRio na forma do disposto no processo administrativo nº **SEI-220009/000268/2021**, que no dia, hora e local indicados no item 3 deste Edital, será realizada licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, que será regido pelo Regulamento de Licitações da AgeRio, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e, no que couber, pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, Decreto Estadual nº 42.301/10 e disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

1.1.1 Considerando o atual cenário de pandemia mundial ocasionado pelo Covid-19, várias disposições previamente padronizadas no Edital foram substituídas por outras regras que visam privilegiar as orientações governamentais e preveem a manutenção do distanciamento e/ou isolamento social, incluindo atos formatados para serem produzidos exclusivamente em meios eletrônicos.

1.2 A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico <http://www.compras.rj.gov.br>, no dia e hora indicados no item 3 deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, todos designados nos autos do processo em epígrafe.

1.3 As retificações deste Edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, e serão publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto, quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

1.4 O Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico <http://www.compras.rj.gov.br> e no portal eletrônico da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A., na página www.agerio.com.br, opção: “Transparência”, “Contratações, Licitações e Alienações”. Diante da atual pandemia mundial ocasionado pelo Covid-19, não será possível, alternativamente, adquirir uma via impressa do edital, devendo o interessado retirar o Edital exclusivamente no Portal da AgeRio no endereço supraindicado.

1.5 Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos, por escrito, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à abertura da sessão, conforme regras abaixo:

a) **Exclusivamente** pelo endereço eletrônico licitacoes@agerio.com.br, **no horário de 10:00 às 17:00 horas**.

1.5.1 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Edital, responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 03 (três) dias úteis, antes do encerramento do prazo de acolhimento de propostas.

1.6 Os interessados poderão formular impugnações ao Edital em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à abertura da sessão, conforme regras abaixo:

a) **Exclusivamente** pelo endereço eletrônico licitacoes@agerio.com.br, **no horário de 10:00 às 17:00 horas**.

1.6.1 Caberá à **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**, auxiliada pelo Pregoeiro, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis.

1.7 Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, na parte relacionada a futuras licitações e na página eletrônica da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro (www.agerio.com.br), ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

2 DO OBJETO

2.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de fornecimento de subscrição de licença de uso do Microsoft Office 365 E3 e Microsoft Office E5 que constituem solução de comunicação, colaboração, produtividade, incluindo migração, implementação, configuração, suporte técnico, repasse de conhecimento e garantia de atualização das versões, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações detalhadas e quantitativos constantes do Termo de Referência (Anexo I) e Proposta de Preços (Anexo II).

2.2 Todos os anexos vinculam-se para todos os fins de direito ao presente Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2021, assim como a proposta apresentada pela Contratada.

3 DA ABERTURA

3.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, dirigida pelo Pregoeiro designado, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital, conforme indicado abaixo:

Eventos	Dia	Mês	Ano	Horário
Início acolhimento das propostas	03	09	2021	8:00h
Limite acolhimento das propostas	28	09	2021	14:00h
Data de abertura das propostas	28	09	2021	14:05h
Data de realização do Pregão	28	09	2021	14:10h
Processo nº	SEI-220009/000268/2021			
Tipo	MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)			
Prazo para impugnação	até 05 (cinco) dias úteis anteriores à abertura da sessão			
Endereço eletrônico do Portal	http://www.compras.rj.gov.br			

3.2 Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

4 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS

4.1 Os recursos necessários à realização do serviço ora licitado correrão à conta do orçamento próprio da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio.

5 DO TIPO DE LICITAÇÃO

5.1 O presente pregão eletrônico reger-se-á pelo tipo **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**.

6 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto licitado, registradas ou não no Cadastro de Fornecedores, mantido pelo Sistema SIGA.

6.2 Não serão admitidas na licitação, assim como estarão impedidas de contratar com a AgeRio, as empresas que estejam enquadradas nas seguintes vedações:

I – Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da AgeRio;

II – Suspensa pela AgeRio;

III - Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma do Art. 87, inc. IV da Lei nº 8.666/93 ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com base no Art. 7º da Lei nº 10.520/02, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV – Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V – Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI – Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII – Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII – Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

6.3 Aplica-se a mesma vedação prevista no item 6.2:

I – À contratação do empregado da AgeRio ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II – A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da AgeRio;

b) Empregado da AgeRio cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) Governador ou Secretário de Estado do Rio de Janeiro.

III – Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a AgeRio há menos de 6 (seis) meses.

6.4 Um licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso um licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas não serão levadas em consideração e serão rejeitadas.

6.4.1 Para tais efeitos entende-se que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aqueles que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

6.5 A incidência ou não nas vedações contidas nos itens 6.2 a 6.4 será objeto de declaração do licitante interessado, devendo ser apresentado o Anexo VI, na forma e prazo exigidos no item 12 deste Edital.

6.6 A falsidade da declaração mencionada no item 6.5 acarretará a exclusão do licitante do certame, e/ou rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 121 do Regulamento de Licitação da AgeRio e neste edital.

6.7 O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá declarar, no momento de inserção de sua proposta, junto ao sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

6.7.1 Em caso de não atendimento do contido no subitem 6.7, deixará de ser concedido ao licitante o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 42.063/2009.

6.8 O licitante deverá declarar, junto ao sistema eletrônico, que não lhe foram aplicadas as seguintes penalidades, cujos efeitos ainda vigorem:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93).

6.9 No momento da abertura da sessão pública, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema informatizado, que firmou a Declaração de Elaboração Independente de Proposta constante do Anexo III, que deverá ser apresentada juntamente com os documentos de habilitação, em conformidade com a alínea “b” do item 12.1.1.

7 DO CREDENCIAMENTO

7.1 Somente poderão participar deste pregão eletrônico os licitantes devidamente credenciados junto ao SIGA, devendo o credenciamento ser realizado no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão, conforme previsto no art. 5º, parágrafo 2º do Decreto nº 31.864/2002.

7.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de código para acesso ao SIGA.

7.2.1 O licitante obterá o código de acesso ao SIGA junto ao endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br, clicando na área de Registro de Fornecedor que se encontra na parte do meio do portal e seguindo as orientações de preenchimento. O Portal contém um manual orientando o preenchimento.

7.2.1.1 O licitante deverá preencher algumas telas, digitando informações sobre a empresa, pessoas que irão operar o SIGA e as famílias de itens que fornece. Após essa digitação, o licitante deverá baixar, em local indicado no Portal, um arquivo contendo um Termo de Responsabilidade o qual deverá imprimir e assinar. Junto com esse Termo de Responsabilidade o licitante deverá enviar a documentação requerida para a Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/RJ, no endereço informado no portal.

7.2.1.2 Após o recebimento da documentação, a SEFAZ/RJ, através do SIGA, enviará para o e-mail informado do licitante o código de acesso às funcionalidades do SIGA. Quando o licitante acessar o SIGA, deverá colocar seu código informado e a senha: SIGA. Essa senha servirá apenas para o primeiro acesso, pois o sistema irá solicitar que o licitante digite uma senha nova, confirme essa senha e escreva uma pergunta e resposta. O sistema confirmará a nova senha que deverá ser usada nos próximos acessos.

7.3 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à SEFAZ/RJ ou à AgeRio a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido de senha, ainda que por terceiros.

7.4 A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente à SEFAZ/RJ, para imediato bloqueio de acesso.

7.5 O credenciamento do licitante junto ao SIGA implica na presunção de sua capacidade técnica para realização das operações inerentes ao pregão eletrônico.

8 DA CONEXÃO COM O SISTEMA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS

8.1 Observado o disposto nos itens 6 e 7 deste edital, a participação neste Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da conexão do licitante ao SIGA, pela digitação de sua senha privativa e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do SIGA, no período compreendido entre a data de início e de encerramento do acolhimento das propostas, conforme subitem 3.1 deste edital.

8.2 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no SIGA, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.3 Como requisito para a participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, sob as penas da lei, em campo próprio do SIGA, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

8.4 Caberá ao licitante acompanhar as operações no SIGA durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9 DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1 A Proposta de Preços (valor) deverá ser elaborada e enviada exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (SIGA), em campo específico, a ser integralmente preenchido.

9.1.1 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.1.2 Os documentos (opcionais) anexados durante a inserção da proposta de preços no SIGA (*folders*, prospectos, declarações, etc.) não poderão estar identificados, ou seja, não será admitida a veiculação do nome da empresa ou de seus representantes, utilização de material timbrado ou qualquer outro meio que facilite a identificação do licitante.

9.1.2.1 Na Proposta de Preços encaminhada por meio do Sistema SIGA não será permitida a identificação do nome/Razão Social do licitante, ou quaisquer outras informações e/ou códigos que permitam identificar o licitante.

9.1.3 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma marca, um modelo e um preço para cada material(is) constante(s) do objeto desta licitação.

9.1.4 O formulário de proposta de preços, em sua forma impressa (Anexo II) somente será utilizado pelo licitante vencedor com vistas à readequação de sua oferta final e encaminhado juntamente com os documentos de habilitação, na forma do item 12, deste Edital.

9.1.5 O licitante deverá lançar no sistema eletrônico (SIGA) o VALOR GLOBAL do LOTE.

9.2 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta Licitação, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

9.3 Caso o licitante se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar declaração de que cumpre os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, na forma do Anexo IV do Edital.

9.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, aquelas com preço excessivo e as que tiverem preço manifestamente inexequível.

9.5 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista neste Edital.

9.6 Os licitantes ficam obrigados a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão, conforme disposto no item 3.

9.6.1 Se por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse da AgeRio, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10 DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1 A partir do horário previsto no item 3.1 deste Edital, terá início a sessão de abertura do Pregão Eletrônico, ficando os licitantes no aguardo do término da análise da conformidade das propostas e início da disputa de preços, quando poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico - SIGA, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.1.1 O sistema ficará disponível para a disputa de lances de segunda a sexta-feira, no horário de 09h00min as 18h00min, após esse período será bloqueado para tal finalidade.

10.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado, as suas regras de aceitação e o limite de horário de funcionamento do sistema.

10.3 Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último ofertado pelo próprio licitante e registrado no sistema. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.4 Durante o transcurso da sessão pública os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante detentor do lance.

10.5 No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico - SIGA permanecerá acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

10.6 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através de aviso inserido em campo próprio

do SIGA (chat mensagem), divulgando, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, data e hora para a reabertura da sessão.

10.7 A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo SIGA, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.7.1 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro. Todavia, durante o transcurso do período randômico de disputa não será possível o encaminhamento de solicitação de cancelamento de lances.

10.7.2 O período randômico de disputa somente poderá ser iniciado até as 17h20min, tendo em vista que às 18h00min o sistema será bloqueado automaticamente para envio de lances e continuidade da disputa.

10.8 Caso não sejam apresentados lances, verificar-se-á a aceitabilidade da proposta de preços de menor valor, considerando-se o valor estimado para a contratação e o disposto no item 9.4

10.8.1 No caso de empate entre as propostas e não sendo apresentados lances, sem prejuízo do disposto no item 11.3, aplicam-se as disposições sobre direito de preferência constantes dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, referentes à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

10.8.2 Nas licitações em que após o exercício do direito de preferência de que trata o item anterior esteja configurado empate em primeiro lugar, será assegurada preferência como critério de desempate, sucessivamente, aos bens e serviços: (a) produzidos no País; (b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras; (c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; e (d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação. Persistindo o empate, o sorteio público será utilizado como critério de desempate.

11 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 O julgamento obedecerá ao critério de **MENOR PREÇO GLOBAL (LOTE ÚNICO)**, na forma do item 5. Será declarada vencedora a proposta que apresentar o menor preço, observadas as regras deste edital, especialmente o item 11.3.

11.1.1 Os preços ofertados após a etapa de lances não poderão ser superiores ao preço de mercado levantado pela administração como Critério de Aceitabilidade.

11.1.2 No momento da apresentação da proposta vencedora, considerando o valor do preço total, a mesma deverá ser apresentada com, no máximo, 2 (duas) casas após a vírgula.

11.2 O SIGA informará o licitante detentor da proposta ou do lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após verificação de empate ficto, nos termos do subitem 11.3 deste Edital, cabendo ao Pregoeiro decidir acerca da aceitação do menor lance ofertado e, ainda, negociação visando à sua redução.

11.3 Havendo empate no momento do julgamento das propostas será assegurada às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte preferência na contratação, caso a proposta de menor preço tenha sido apresentada por empresa que não detenha tal condição.

11.3.1 Para efeito da verificação da existência de empate, no caso das microempresas ou das empresas de pequeno porte, serão consideradas as propostas por estas apresentadas iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) àquela mais bem classificada.

11.3.2 Havendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar proposta de preço inferior àquela vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão.

b) caso a microempresa ou empresa de pequeno porte, que se apresente neste caso, abdique desse direito ou não venha a ser contratada, serão convocadas, na ordem classificatória, as demais que se enquadrem na mesma hipótese, para o exercício de igual direito.

c) na situação de empate na forma antes prevista, inexistindo oferta de lances e existindo equivalência nos valores apresentados por mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema identificará aquela que primeiro inseriu sua proposta, de modo a possibilitar que esta usufrua da prerrogativa de apresentar oferta inferior à melhor classificada.

11.3.3 Caso nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte venha a ser contratada pelo critério de desempate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.3.4 Persistindo o empate, serão observadas as regras contidas no item 10.8 e respectivos subitens.

11.4 Se a proposta de preços ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.4.1 As seguintes propostas serão desclassificadas:

I – Contenham vícios insanáveis;

II – Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III – Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela AgeRio;

IV – Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação, mesmo após a negociação das propostas com a AgeRio, observando-se a regra geral de caráter sigiloso do orçamento;

V – Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível o seu saneamento antes da adjudicação do objeto, resguardado o tratamento isonômico entre os licitantes.

11.4.1.1 A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

11.4.2 Para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, serão considerados os parâmetros abaixo:

a) Consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela AgeRio;

II - Valor do orçamento estimado pela AgeRio.

11.4.3 A AgeRio poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

11.4.4 Para efeito de demonstração de exequibilidade, não se admitirá proposta que importe em ausência de lucro ao licitante em relação ao contrato advindo da licitação.

11.4.5 Caso o lance ou proposta final do primeiro classificado esteja acima do orçamento estimado, haverá tentativa de negociação com o licitante para adequar o seu valor aos limites do orçamento estimado.

11.4.6 A negociação de que trata o item 11.4.5 deverá ser feita com demais os licitantes, segundo a ordem de classificação, no caso de o primeiro colocado, após a negociação, ser desclassificado por sua proposta final permanecer superior ao orçamento estimado.

11.4.7 Se depois de adotada a providência referida no item 11.4.6 não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação poderá ser

revogada ou declarada fracassada pela **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**.

11.4.8 Confirmada a efetividade do lance ou proposta final que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a AgeRio deverá negociar condições mais vantajosas com quem o apresentou, desde que da negociação não resulte a inexecuibilidade da proposta.

11.5 O sistema gerará ata circunstanciada, da sessão, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.compras.rj.gov.br.

11.6 A critério do Pregoeiro, poderão ser relevados erros ou omissões formais de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

12 DA HABILITAÇÃO

12.1 Regras Gerais

12.1.1 Efetuados os procedimentos previstos no item 11 deste Edital, o licitante detentor da proposta de preços ou do lance de menor valor deverá enviar à AgeRio, **exclusivamente para o e-mail licitacoes@agerio.com.br, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis**, contados do encerramento da etapa de lances da sessão pública:

- a) A proposta de preços relativa ao valor arrematado, conforme modelo constante do Anexo II.
- b) Declaração de Elaboração Independente de Proposta, constante do Anexo III;
- c) Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo constante do Anexo IV, **somente se o licitante estiver enquadrado em tal condição**;
- d) Declaração relativa ao cumprimento ao Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, na forma do Anexo V, de que não possuem em seus quadros funcionais nenhum menor de dezoito anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de dezesseis anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- e) Declaração de atendimento aos requisitos e condições de participação e contratação, exigidos pelo Artigo 14 do Regulamento de Licitações da AgeRio, na forma do Anexo VI;
- f) Declaração de que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação pela AgeRio, impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade

da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, na forma do Anexo VII – Declaração de inexistência de penalidade;

g) Declaração de Entrega de Documentos Idôneos e Originais, na forma do Anexo IX;

h) Os documentos de habilitação previstos no item 12.2 a 12.5.

12.1.1.1 Uma vez recebidos os documentos, o Pregoeiro consultará o Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA, e o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, do Portal Transparência, da Controladoria Geral da União.

12.1.1.2 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados no item 12.1.1.1, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao Pregoeiro declarar tal condição.

12.1.2 Constatado o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da licitação pelo próprio Pregoeiro, na hipótese de inexistência de recursos, ou pela **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC** na hipótese de existência de recursos.

12.1.3 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 12, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

12.1.4 O Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, do Poder Executivo Federal, poderá ser apresentado em substituição aos documentos elencados no subitem 12.3.

12.1.4.1 Os licitantes cadastrados deverão, ainda, apresentar os documentos previstos nos itens 12.2, 12.4 e 12.5.

12.1.4.2 Os licitantes não cadastrados deverão apresentar os documentos de habilitação indicados nos itens 12.2 a 12.5.

12.1.5 Os licitantes deverão observar as regras contidas nos itens 12.6 e 12.7 do Edital.

12.2 Habilitação Jurídica

12.2.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

a) cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

b) registro comercial, no caso de empresário pessoa física;

- c)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f)** a sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração;
- g)** ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembleia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa.

12.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista

12.3.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a)** prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b)** prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c)** prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:
 - c.1)** apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;
 - c.1.1)** Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, está isento de inscrição estadual;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

f) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS): apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991;

12.3.1.1 Na hipótese de se tratar de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

12.3.1.2 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, prorrogável por igual período.

12.3.1.3 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, a critério exclusivo da **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**.

12.3.1.4 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Regulamento de Licitações da AgeRio.

12.4 Qualificação Econômico-Financeira

12.4.1 Todos os licitantes deverão apresentar certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

12.4.1.1 As certidões comprobatórias do atendimento do item 12.4.1, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

12.4.1.2 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação

extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

12.5 Qualificação Técnica

12.5.1 Na etapa de habilitação, deverá obrigatoriamente ser apresentada comprovação de aptidão técnica, pela licitante, de desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

12.5.1.1 A aptidão de desempenho será comprovada mediante a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove prestação de serviço(s) compatível(is) em características, prazos e/ou quantidades com o objeto a ser licitado. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) obrigatoriamente observar as seguintes regras:

- a) A licitante deverá apresentar o(s) Atestado(s), comprovando que a licitante executou ou está executando contrato de prestação de serviços que guarde similaridade com o objeto do Termo de Referência;
- b) O(s) Atestado(s) deverá(ão) comprovar experiência de **no mínimo 12 (doze) meses, ininterruptos**, na execução dos serviços objeto da contratação.

12.5.1.2 Será admitido o somatório de atestados, desde que atendam **obrigatoriamente e simultaneamente** a todas as regras (sem exceção) contidas no item 12.5 do presente Edital. A seguir listamos algumas considerações que devem ser observadas:

- a) O somatório de atestados será aceito somente para compor o prazo de experiência mínimo de **12 (doze) meses de prestação de serviços, ininterruptos**, exigido no item 12.5.1.1 deste Edital;

12.5.1.3 O(s) Atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá(ão) conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) Prazo da prestação/execução de serviços, contendo datas de início e de término;
- b) Grau de satisfação do cliente;
- c) Nome, cargo e telefone do signatário responsável pela emissão do atestado;
- d) Razão social da instituição emitente do atestado;

e) Data de emissão;

f) Assinatura do(s) representante(s) da(s) instituição(ões) emitente(s) do(s) Atestado(s).

12.5.1.4 Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante.

12.5.1.5 Os documentos apresentados poderão ser complementados por contrato(s) e outro(s) documento(s) hábil(eis) que objetive(m) evidenciar a efetiva prestação de serviços, apresentado(s) na forma do item 12.7 do presente edital.

12.5.1.6 Qualquer informação incompleta ou inverídica constante dos documentos de qualificação técnica, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis na forma deste Edital, do Regulamento de Licitações da AgeRio, e da legislação pertinente.

12.6 Do Prazo de Validade das Certidões

12.6.1 As certidões valerão nos prazos que lhe são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

12.7 Instruções para o envio de documentos à AgeRio

12.7.1 Os documentos exigidos nos itens anteriores deverão ser apresentados no original ou em cópia reprográfica autenticada, devidamente digitalizados de forma legível, e deverão ser encaminhados **exclusivamente** para o e-mail licitacoes@agerio.com.br.

12.7.2 Os documentos deverão ser encaminhados, preferencialmente em arquivos em extensão "PDF", podendo ser também remetidos em formato compactado e/ou em extensão "ZIP".

12.7.3 **Não serão aceitos** documentos compactados que sejam encaminhados em formato ".RAR". Caso o licitante encaminhe documentos nesse formato (RAR), a AgeRio considerará que o participante não encaminhou qualquer documento. Por essa razão, é altamente recomendável que os arquivos sejam previamente preparados para que sejam encaminhados nos formatos aceitos pela AgeRio e na forma descrita no presente Edital.

12.8 Cooperativas

12.8.1 Não será admitida participação de cooperativas, em função da natureza do serviço objeto desta licitação e pelo modo como este é usualmente executado no mercado em geral, uma vez que há a necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como estão presentes aspectos de personalidade e habitualidade, em observância à Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União – TCU

12.9 Para fins de habilitação, os documentos cuja emissão for possível via acesso ao respectivo sítio da Internet ou a qualquer outro repositório cabível, inclusive os autos de outros processos licitatórios da AgeRio, poderão ser produzidos pelo Pregoeiro, que os juntará ao processo.

12.9.1 A possibilidade de consulta prevista no item 12.9 não constitui direito do licitante, e a AgeRio não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios necessários, hipóteses em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, o licitante será declarado inabilitado.

12.10 Declaração de Pessoa Exposta Politicamente (PEP) para Sócios de Pessoa Jurídica Fornecedora

12.10.1 Como condição indispensável à assinatura do contrato, a licitante arrematante do certame deverá apresentar a Declaração de Pessoa Exposta Politicamente (PEP) para Sócios de Pessoa Jurídica Fornecedora (**deve ser apresentada uma declaração individual por cada sócio da licitante e TODOS os sócios devem apresentá-la**), conforme modelo do Anexo X.

12.10.1.1 Cabe ressaltar que a referida Declaração **não é emitida pela licitante (pessoa jurídica), mas sim por pessoa física, visto que é uma declaração exclusivamente individual da própria pessoa física.**

13 DOS RECURSOS

13.1 O licitante interessado em interpor recurso deverá manifestar-se, por meio do Sistema Eletrônico - SIGA, no prazo de 30 (trinta) minutos, após a declaração de vencedor pelo Pregoeiro expondo os motivos. Na hipótese de ser aceito o Recurso, será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes desde logo intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual período que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata do processo administrativo mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro.

13.2 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

13.3 As razões e contrarrazões de recurso deverão ser enviadas **exclusivamente para o e-mail licitacoes@agerio.com.br**, observado os prazos definidos no item 13.1.

13.4 A não apresentação das razões acarretará como consequência a análise do recurso apenas pela síntese da manifestação a que se refere o item 13.1.

13.5 O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 O recurso será recepcionado pelo Pregoeiro que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar sua decisão ou encaminhar o recurso à **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**, para decisão sobre o provimento ou não do recurso.

13.7. O recurso não será admitido pelo Pregoeiro se ausentes os pressupostos da sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

13.8. Julgados os recursos, a **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC** adjudicará o objeto licitado e homologará o resultado da licitação, caso não dê provimento ao recurso, ou determinará que se proceda ao ato pertinente, caso dê provimento, ainda que parcial, ao recurso interposto.

14 DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

14.1 Não sendo interposto recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**.

14.1.1 Havendo interposição de recurso e presentes os pressupostos indicados no item 13.7, após o julgamento, a **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC** adjudicará e homologará o procedimento, caso não dê provimento ao recurso, ou determinará que se proceda ao ato pertinente, caso dê provimento, ainda que parcial, ao recurso interposto.

14.1.2 Havendo interposição de recurso e constatada, pelo Pregoeiro, a ausência dos pressupostos indicados no item 13.7, o recurso não será admitido e o objeto do certame será adjudicado ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**, na forma do item 14.1.

14.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pela **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC** da AgeRio, o licitante vencedor será convocado, por escrito, com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para assinatura do contrato (Anexo VIII), sob pena de decadência do direito à contratação caso o adjudicatário deixe de assinar o contrato no prazo fixado.

14.2.1 O prazo de convocação fixado no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

14.3 Deixando o adjudicatário de assinar o contrato no prazo fixado e nas condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pela **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**, a AgeRio poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório OU, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos propostos, a AgeRio poderá convocar os licitantes

remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório, conforme disposto no Parágrafo Primeiro do Artigo 93 do Regulamento de Licitações da AgeRio, sem prejuízo da possibilidade de eventual negociação de preço, caso o Pregoeiro julgue cabível, sempre respeitando a ordem de classificação final das propostas;

b) revogar a licitação.

15 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pela AgeRio, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato, bem como também poderá ser aceita a modalidade de pagamento mediante boleto bancário.

15.1.1 Para fins do presente edital, instituição financeira contratada pela AgeRio é o Banco Bradesco S.A., atualmente contratado pela AGÊNCIA para o pagamento aos seus fornecedores e empregados.

15.2 No caso de a Contratada estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela AgeRio, ou caso verificada pela AgeRio a impossibilidade de a Contratada, em razão de negativa expressa da referida instituição financeira, abrir ou manter conta corrente naquela instituição, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela Contratada.

15.3 O faturamento referente às licenças que compõem o objeto do contrato nos itens 2.3.1 e 2.3.2 do Termo de Referência (Anexo I), deverá ser efetuado, conforme seguintes parcelas:

a) O valor a ser faturado no 1º (primeiro) mês de vigência contratual, corresponde aos quantitativos mínimos de licenças ativadas para o contrato em curso, conforme definido no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I);

b) Caso ocorra ativação de licenças além do quantitativo mínimo de licenças, deverá ser cobrado um valor pró-rata mensal em relação ao valor unitário da licença, conforme apurado no item 5.1.3 do Termo de Referência (Anexo I). Sempre deverá ser observado para que o número de licenças ativas não exceda ao máximo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I).

15.3.1 Para a definição dos quantitativos de licenças abrangidos pelo pagamento pró-rata mensal, adotar-se-ão as seguintes premissas e regramentos:

15.3.1.1 Durante a vigência do contrato, o CONTRATANTE poderá realizar pedidos de ativação de licenças, além do quantitativo mínimo estabelecido no item

2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I), de acordo com a movimentação do seu quadro funcional.

15.3.1.2 Em caso de aumento no quantitativo de licenças ativadas no decorrer do contrato, deverá ser calculado o valor pró-rata mensal em relação ao valor unitário da licença, a partir da data da disponibilização da licença até a finalização do contrato.

15.3.1.3 O valor pró-rata acima indicado, referente às licenças ativadas além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I), no decorrer do contrato e apuradas no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I), deverá ser faturado no mês subsequente à sua ativação.

15.3.1.4 O valor a ser pago pelas licenças ativadas além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I) deverá ser o mesmo das licenças ativadas inicialmente, calculando-se apenas parcela pró-rata mensal.

15.3.2 O quantitativo total de licenças, incluindo as eventuais novas licenças que, por ventura, sejam ativadas durante a vigência do contrato, deverá respeitar o limite total determinando no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I).

15.3.3 Em caso de prorrogação de contrato, conforme estabelecido no item 4.2 do Termo de Referência (Anexo I), as licenças ativadas além do mínimo estabelecido no item 2.2.3 do Termo de Referência (Anexo I), poderão ser reduzidas caso seja a necessidade da CONTRATANTE, de acordo com a movimentação de seu quadro funcional.

15.4 O faturamento referente às licenças que compõem o objeto deste contrato no item 2.3 do Termo de Referência (Anexo I), deverá ser efetuado, após a comprovação da entrega destas pela CONTRATADA, e respectivos aceites pelo CONTRATANTE.

15.5 O faturamento referente aos serviços de treinamento, item 2.5 do Termo de Referência (Anexo I), deverá ocorrer somente após a comprovação da realização destes pela CONTRATADA, e respectivos aceites pelo CONTRATANTE.

15.6 O faturamento referente aos serviços de implantação e migração, item 2.4 do Termo de Referência (Anexo I), somente deverá ser realizado após o aceite e homologação de todas as fases de implementação da solução.

15.7 Para os demais itens que compõem esta contratação, o faturamento somente será autorizado após a devida confirmação, pela CONTRATANTE, do efetivo recebimento desses objetos.

15.8 O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante aceites, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

15.8.1 A Contratada deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, sito à Av. Rio Branco, nº 245 - 3º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

15.9 Satisfeitas as obrigações previstas no instrumento convocatório e anexos, especialmente quanto aos itens 15.8 e 15.8.1 do presente Edital, o pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da apresentação da nota fiscal, isenta de erros.

15.10 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 10 (dez) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

15.11 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

15.12 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta (data limite ou data final definida para o acolhimento de propostas na licitação), poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, desde que haja expressa requisição nesse sentido, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual.

15.12.1 A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

15.12.2 Os reajustes não serão automáticos e serão obrigatoriamente precedidos de requerimento tempestivo e fundamentado da CONTRATADA, a ser encaminhado à AgeRio.

15.12.3 O prazo decadencial convencionado para a Contratada solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora da AgeRio, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

15.13 A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

16 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

16.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, aplicadas pela autoridade competente, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa compensatória e/ou moratória;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a AgeRio, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.2 O licitante que, convocado nos prazos indicados nesse edital e/ou nos prazos oficialmente divulgados pela AgeRio, conforme o caso, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará suspenso de licitar e contratar com AgeRio, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 2 (dois) anos, conforme disposto no art. 122 do Regulamento de Licitações da AgeRio, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

16.3 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

16.3.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

16.4 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada preferencialmente dos pagamentos eventualmente devidos pela AgeRio, e, somente posteriormente, da garantia do respectivo contratado.

16.4.1. Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos pela AgeRio e ao valor da garantia contratual, além da perda destes, responderá o contratado pela sua diferença, que será cobrada amigavelmente ou judicialmente.

16.5. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” do item 16.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”.

16.6 Caberá apresentação de defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da aplicação de qualquer sanção.

16.7 As sanções das alíneas “b” e “c” do item 16.1 somente poderão ser aplicadas após regular processo administrativo, ficando a critério da autoridade competente a instauração de processo administrativo formal para aplicação da sanção de que trata a alínea “a” do item 16.1.

16.7.1 Caso a autoridade competente decida pela dispensa de instauração de processo administrativo formal para a aplicação da sanção de que trata a alínea “a” do item 16.1, todos os atos, documentos e registros pertinentes poderão ser realizados e devidamente gravados exclusivamente em meio eletrônico, em pasta eletrônica própria, observadas as regras para aplicação de penalidades previstas neste edital, especialmente o item 16.14 e demais subitens, e o Regulamento de Licitações da AgeRio.

16.8. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a AgeRio poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional nas hipóteses previstas no art. 122 do Regulamento de licitação da AgeRio.

16.9 A cada conjunto de 03 (três) sanções, classificadas como de menor gravidade e aplicadas com base na alínea “a” do item 16.1, será obrigatoriamente aplicada a sanção prevista na alínea “b” do item 16.1, observado o disposto no item 16.11.

16.9.1 Nesta hipótese, a 3ª (terceira) sanção de advertência (alínea “a” do item 16.1) será aplicada em conjunto com a sanção de multa (alínea “b” do item 16.1).

16.10 A advertência poderá ser aplicada quando a CONTRATADA não apresentar a documentação exigida no item 17.7, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

16.11 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 16.1:

a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;

e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

16.12 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a AgeRio, prevista na alínea c, do item 16.1:

a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

16.13 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.14 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

16.14.1 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

16.14.2 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

16.14.2.1 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

16.14.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

16.15 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estipulado pela AgeRio, sem que haja justo motivo para tal, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e determinará a aplicação de multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, cabendo, ainda, a aplicação das demais sanções administrativas.

16.16 As penalidades previstas no item 16.1 também poderão ser aplicadas aos licitantes e ao adjudicatário.

16.16.1 Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária da participação em licitação ou de declaração de inidoneidade ficarão impedidos de contratar com a AgeRio enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

16.17 As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pela Agência de Fomento no Estado do Rio de Janeiro S.A. no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

16.17.1 Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ/RJ o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação da penalidade citada na alínea “c” do item 16.1.

17 ACEITAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE

17.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o item 17.11, que deverá ser elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, pela comissão a que se refere o item 17.11, mediante parecer circunstanciado, assinado pelas partes, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

17.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto do Contrato não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do Contrato.

17.3 Salvo se houver exigência a ser cumprida pelo adjudicatário, o processamento da aceitação provisória ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.

17.4 A contratada responde por todo e qualquer dano que causar à AgeRio ou a terceiros, ainda que culposamente, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pela AgeRio, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.4.1 O valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos, após o devido processo administrativo, poderá ser descontado diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos ou da garantia contratual, ou, ainda cobrado diretamente da contratada, independentemente de qualquer procedimento judicial.

17.5 O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à AgeRio, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

17.6 O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, incluindo-se as custas judiciais, honorários advocatícios entre outros regularmente suportados, podendo a AgeRio, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

17.6.1 A inadimplência do contratado quanto aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais não transfere à AgeRio a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis

17.7 A Contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

17.8 A ausência da apresentação dos documentos mencionados no item 17.7 ensejará a imediata expedição de notificação à Contratada, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

17.9 Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido

17.10 No caso do item 17.9, será expedida notificação à Contratada para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

17.11 Será designada, pela Superintendência Jurídica, Comissão de Fiscalização e Acompanhamento constituída de, no mínimo, 03 (três) membros.

18 DO PRAZO

18.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/__.

18.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107 do Regulamento de Licitações da AgeRio, desde que a proposta da Contratada seja comprovadamente mais vantajosa para a Contratante.

19 DA GARANTIA

19.1 Exigir-se-á do licitante vencedor, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 105 do Regulamento de Licitações da AgeRio, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

19.1.1 Caso seja eleita a fiança bancária como modalidade de garantia para assegurar a execução do contrato, deverão ser observadas as seguintes disposições, sob pena de não aceitação do instrumento de garantia pela AgeRio:

a) A instituição emissora da fiança bancária deverá possuir registro ativo no Banco Central do Brasil;

b) A fiança bancária deverá conter as seguintes informações:

I – valor, dados completos do tomador, dados completos do beneficiário, vigência, objeto e nº do Contrato;

II – cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito da afiançada;

III – indicação da AGÊNCIA como beneficiária;

IV – cláusula de renúncia aos benefícios previstos nos artigos 366, 827 e 838 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

V – cláusula estabelecendo prazo de validade até a extinção das obrigações da afiançada;

VI – declaração de que a Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social, e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários;

VII – deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria;

VIII – cláusula com a eleição de foro, preferencialmente, no Município do Rio de Janeiro;

IX – o subscritor da Carta de Fiança Bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nos itens acima.

19.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

19.3 Caso o valor do contrato seja alterado, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

19.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

19.5 O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

19.6 A apresentação irregular ou não recolhimento, pela CONTRATADA, da garantia, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e dará ensejo ao bloqueio do pagamento até que a garantia seja regularmente apresentada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções correspondentes.

19.7 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza a **CONTRATANTE** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

19.8 A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

20 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 É facultada ao Pregoeiro ou à **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC** da AgeRio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

20.2 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, de acordo com o inciso III, do Art. 61 do Regulamento de Licitações da AgeRio..

20.2.1 Será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, a ser exercido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, caso a revogação ou a anulação da licitação se dê após o início da etapa de lances ou propostas.

20.3 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previsto no art. 115 do Regulamento de Licitações da AgeRio.

20.4 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

20.5 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem, na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

20.6 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

20.7 Acompanham este Edital os seguintes anexos:

Anexo I Termo de Referência

Anexo II Formulário de Proposta de Preços (subitem 12.1.1, alínea “a”)

Anexo III Declaração de Elaboração Independente de Proposta (subitens 6.9 e 12.1.1, alínea “b”)

Anexo IV Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (subitens 9.3 e 12.1.1, alínea “c”)

Anexo V Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (subitem 12.1.1, alínea “d”)

Anexo VI Declaração de Atendimento aos Requisitos e Condições de Participação e Contratação Exigidos pelo Artigo 14 do Regulamento de Licitações da AgeRio (Item 6 e subitem 12.1.1, alínea “e”)

Anexo VII Modelo de Declaração de Inexistência de Penalidade (subitem 12.1.1, alínea “f”)

Anexo VIII Minuta de Contrato

Anexo IX Declaração de Entrega de Documentos Idôneos e Originais (subitem 12.1.1, alínea

“g”)

Anexo X Declaração de Pessoa Exposta Politicamente (PEP) para Sócios de Pessoa Jurídica Fornecedora (deve ser apresentada uma declaração por cada sócio da licitante e TODOS os sócios devem apresentá-la) (subitem 12.10)

20.8 A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor, nos termos do Art. 62 do Regulamento de Licitações da AgeRio.

20.9 Os casos omissos serão resolvidos pela **Superintendência de TI e Produtos – SUTEC**, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

20.10 O foro da cidade do Rio de Janeiro é designado como o competente para dirimir quaisquer controvérsias relativas a este Pregão e à adjudicação, contratação e execução dela decorrentes.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021.

EDSON OLIVEIRA DE MACEDO

Superintendente

Superintendência de TI e Produtos – SUTEC

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPREGO E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AGERIO

1 OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de fornecimento de subscrição de licença de uso do Microsoft Office 365 E3 e Microsoft Office E5 que constituem solução de comunicação, colaboração, produtividade, incluindo migração, implementação, configuração, suporte técnico, repasse de conhecimento e garantia de atualização das versões, pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.

2 ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1 No quadro abaixo estão descritos o detalhamento geral do objeto e os códigos do SIGA (Portal de Compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro):

LOTE	CÓDIGO DO ITEM (GERAL)	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE
01	Código do Item: 0193.001.1141 (ID - 154309)	Serviço de fornecimento de subscrição de licença de uso do Microsoft Office 365 E3 e Microsoft Office E5 que constituem solução de comunicação, colaboração, produtividade, incluindo migração, implementação, configuração, suporte técnico, repasse de conhecimento e garantia de atualização das versões, pelo período de 12 (doze) meses, para atender às necessidades da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, conforme condições especificadas neste Termo de Referência.	UN	01

2.1.1 No quadro abaixo estão detalhados todos os objetos que fazem parte do escopo da contratação, suas respectivas quantidades, e os prazos de entrega/início dos serviços:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	Prazo de entrega/ início do serviço
1	1	OFFICE 365 E3 PER USER PART NUMBER: AAA-04073. Válido por 12 meses	UN	150	Até 15 dias corridos
	2	OFFICE 365 E5 PER USER PART NUMBER: AAA-28248. Válido por 12 meses	UN	50	Até 15 dias corridos
	3	Serviço de Implementação e Migração de Emails (Zimbra para Office 365)	UN	1	Até 60 dias corridos
	4	Ferramenta de Migração (Zimbra x MS Office 365)	UN	170	Até 15 dias corridos
	5	Serviço de Implementação e Migração File Server (On Premises Microsoft x Nuvem Microsoft)	UN	1	Até 90 dias corridos
	6	Treinamento Tipo 1	UN	1	Até 60 dias corridos
	7	Treinamento Tipo 2	UN	1	Até 60 dias corridos

2.1.2 Todos os itens acima deverão constar, obrigatoriamente, na proposta de preços a ser apresentada pelo arrematante.

2.2 Referente às licenças que compõem o objeto deste contrato nos itens 1 e 2:

2.2.1 Os preços unitários dos itens 1 e 2 correspondem à utilização de uma licença pelo período de 12 (doze) meses.

2.2.2 Os quantitativos de licenças constituem estimativas e correspondem às necessidades máximas previstas para o período de vigência do contrato, 12 (doze) meses, podendo ser aumentados, a pedido da CONTRATANTE, durante esse período.

2.2.3 De forma a facilitar o processo de precificação as empresas participantes deverão considerar o quantitativo inicial mínimo de 80% (oitenta por cento) do total de

licenças, o que representa 120 (cento e vinte) licenças do tipo E3 e 40 (quarenta) licenças do tipo E5.

2.2.4 Os 20% (vinte por cento) das licenças restantes poderão ser solicitados pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, sempre respeitando o quantitativo máximo definido para cada item. Uma vez solicitadas licenças adicionais, o pagamento destas será efetuado no mês seguinte contabilizado a *pró-rata* de meses faltantes até o encerramento do contrato, *conforme modelo comercial da Microsoft*.

2.2.5 Cabe ressaltar que o produto a ser comercializado é de propriedade da Microsoft e dela depende o seu fornecimento, além de estarem hospedados dentro do ambiente de datacenter do fabricante. Para garantir a AgeRio a possibilidade de correção de problemas que podem vir a ocorrer durante a utilização dos softwares e facilitar a implantação e gestão da solução contratada, é necessária a existência de um vínculo formal entre a empresa contratada e a fabricante Microsoft que garanta estar apta e autorizada a comercializar os produtos e/ou serviços objeto da licitação, na modalidade de licenciamento por volume para instituições governamentais.

2.2.6 No setor público, o modelo de atuação do fabricante Microsoft é indireto, através de revendas credenciadas. Portanto, é necessário que a empresa contratada faça parte da rede oficial de fornecedores do fabricante e esteja devidamente habilitada para os contratos de licenciamento por volume *Microsoft Products and Services Agreement (MPSA)*, sendo considerado um *Large Solution Partners (LSP)*.

2.2.7 Além disso, segundo à Microsoft, por tratar-se de licenciamento específico, ela tem seus próprios padrões e modelos de contrato que os clientes devem assinar e cumprir para a utilização de seus produtos. Como as normas brasileiras proíbem a assinatura de contrato pela Administração Pública com quem não participou da licitação, a Microsoft criou o credenciamento de parceiros conhecido como *Government Partners (GP)*, que habilita as revendas a assinar contratos nos modelos propostos pelas instituições públicas e o *Government Integrator Agreement (GIA)*, sem a necessidade de que o contrato também seja assinado pela Microsoft. Assim, a instituição pública contratante fica desobrigada a assinar os documentos contratuais junto à Microsoft. Nos demais casos envolvendo empresas privadas como contratantes, os contratos são tripartite (contratante, empresa parceira e Microsoft). Maiores detalhes estão disponíveis no *site* do fabricante por meio de acesso ao endereço: "<https://partner.microsoft.com/pt-br/licensing/parceiros%20lsp>".

2.3 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS SOFTWARES

2.3.1 LICENÇA DE USO DO PACOTE MICROSOFT OFFICE 365 PLANO E3

2.3.1.1 Licença de uso (subscrição) da plataforma *Microsoft Office 365 Plano E3*, pelo período de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos do produto e seus recursos

disponíveis podem ser encontrados no site <https://products.office.com/pt-br/business/office-365-enterprise-e3-business-software>.

2.3.1.2 Part-Number: AAA-04073.

2.3.1.3 Quantidade: 150 (cento e cinquenta) unidades.

2.3.2 LICENÇA DE USO DO PACOTE MICROSOFT OFFICE 365 PLANO E5

2.3.2.1 Licença de uso (subscrição) da plataforma *Microsoft Office 365 Plano E5*, pelo período de 12 (doze) meses. Detalhes técnicos do produto e seus recursos disponíveis podem ser encontrados no site <https://products.office.com/pt-br/business/office-365-enterprise-e5-business-software>.

2.3.2.2 Part-Number: AAA-28248

2.3.2.3 Quantidade: 50 (cinquenta) unidades

2.3.3 FERRAMENTA DE MIGRAÇÃO (ZIMBRA X MS OFFICE 365)

2.3.3.1 Ferramenta de migração das contas de e-mail da solução de e-mail Zimbra para a solução de e-mail do Microsoft Office 365, importando e-mails; regras de caixas de correio (compartilhamentos, encaminhamentos e filtros); contatos de caixas de correio; calendário; tarefas; assinaturas; itens recuperáveis; listas de distribuição.

2.3.2.3 Quantidade: 170 (cento e setenta) unidades

2.4 SERVIÇO DE IMPLEMENTAÇÃO E MIGRAÇÃO

2.4.1 CONTAS DE EMAIL (ZIMBRA X MS OFFICE 365)

2.4.1.1 CONDIÇÕES GERAIS

2.4.1.1.1 O valor estimado para cada unidade de serviços de implementação e migração deverá corresponder aos serviços prestados para cada um grupo de até 200 (duzentos) usuários.

2.4.1.1.2 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar um Gerente de Projetos, durante a execução contratual, certificado para o gerenciamento de todas as atividades dos serviços de implementação e estabilização da solução.

2.4.1.1.3 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar, durante a execução contratual, um ou mais profissionais técnicos especializados, certificados pelo fabricante, para execução das atividades, apoio e suporte durante as fases de implementação e estabilização da solução.

2.4.1.1.4 É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar adequadamente o quantitativo de recursos necessários para a perfeita execução dos serviços.

2.4.1.1.5 Todas as fases abaixo descritas deverão ser concluídas no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento da autorização de fornecimento.

2.4.1.1.6 Caso o prazo estabelecido não seja cumprido pela CONTRATADA motivado por ação da CONTRATANTE, novos prazos deverão ser estabelecidos em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA, sem ônus para a AgeRio.

2.4.1.2 FASE 1 - INICIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO AMBIENTE ONLINE

2.4.1.2.1 Nessa fase prevê-se a explanação do processo de habilitação e integração do ambiente, apresentação de todos os requisitos necessários à habilitação e configuração do ambiente online, incluindo-se os requisitos para o Microsoft Active Directory (AD) e planejamento das próximas fases com a realização de, no mínimo, as seguintes atividades:

2.4.1.2.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.1.2.2.1 Realizar a reunião de início do projeto (kick-off).

2.4.1.2.2.2 Elaborar e entregar a ata da reunião de início do projeto (kick-off).

2.4.1.2.2.3 Entregar o documento contendo todos os requisitos exigidos e o plano de validação para habilitação e configuração do ambiente online para a entrega da solução.

2.4.1.2.2.4 Entregar um plano de serviços que corresponde ao cronograma de atividades a serem executadas.

2.4.1.2.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.1.2.3.1 Ter finalizado o processo de aquisição das licenças pertinentes à execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

2.4.1.2.3.2 Engajar e participar da reunião de abertura bem como gerenciar e orientar os participantes por parte da AgeRio.

2.4.1.2.3.2 Fornecer seus objetivos para os serviços do Office 365 bem como as métricas de sucesso para a construção do plano de serviços.

2.4.1.3 FASE 2 - AVALIAÇÃO DO AMBIENTE ATUAL

2.4.1.3.1 Nesta fase deverá ser feita a análise do ambiente atual e de origem dos dados e todos os requisitos necessários à habilitação e configuração do ambiente online, incluindo-se a análise do Microsoft Active Directory (AD).

2.4.1.3.2 Deverão ser utilizadas as ferramentas e métodos necessários para a coleta de dados necessários para definição da estimativa de largura de banda e da avaliação dos navegadores da Internet, sistemas operacionais clientes, DNS (sistema de nome de domínio), rede, infraestrutura e sistema de identidade para determinar se é necessário fazer alterações antes da integração.

2.4.1.3.3 Ao final desta fase, deverá ser entregue um plano de correção conforme os requisitos mínimos para a integração dos serviços e, se necessário, para a migração das caixas de correio e/ou dados ocorrer com êxito.

2.4.1.3.4 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.1.3.4.1 Fornecer as orientações sobre as necessidades quanto a DNS, rede, conectividade e infraestrutura em geral.

2.4.1.3.4.2 Fornecer orientações sobre as necessidades de equidade quanto a sistemas operacionais, aplicativos e navegadores dos dispositivos que acessarão o ambiente, para garantir a completa compatibilidade com os recursos contratados.

2.4.1.3.4.3 Fornecer orientações sobre as necessidades de adequações quanto ao gerenciamento e provisionamento de identidades.

2.4.1.3.4.4 Fornecer informações sobre a habilitação de serviços qualificados e definidos como parte da integração.

2.4.1.3.4.5 Coletar informações do ambiente atual.

2.4.1.3.4.6 Elaborar cronograma com todo o sequenciamento das atividades, recursos e prazos do projeto para as correções necessárias e conseguinte habilitação e configuração do ambiente online.

2.4.1.3.4.7 Fornecer documento com a análise de todos os pré-requisitos necessários a habilitação e configuração do ambiente online e diretrizes de eventuais ajustes que a CONTRATANTE deverá executar em seu ambiente local durante a fase de Planejamento.

2.4.1.3.4.8 Fornecer os diagramas técnicos da arquitetura dos ambientes a serem instalados/configurados.

2.4.1.3.4.9 Fornecer documento contendo as diretrizes de gerenciamento do escopo, recursos, riscos e comunicação do projeto.

2.4.1.3.4.10 Criar um plano de suporte para a preparação da migração.

2.4.1.3.5 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.1.3.5.1 Identificar os participantes adequados para a execução das atividades de avaliação necessárias.

2.4.1.3.5.2 Fornecer à CONTRATADA, acesso e permissões necessárias.

2.4.1.3.5.3 Participar das reuniões para criação da lista de verificação de correção e contribuir com o planejamento geral, incluindo infraestrutura, rede, administração, preparação de sincronização de diretórios, segurança de rede e tópicos de identidade federada.

2.4.1.3.5.4 Participar das reuniões para estruturar a abordagem de provisionamento de usuários.

2.4.1.3.5.5 Participar das reuniões de planejamento para a configuração do serviço online.

2.4.1.4 FASE 3 - AVALIAÇÃO DO AMBIENTE ATUAL

2.4.1.4.1 Nesta fase prevê-se a execução das atividades necessárias identificadas na “Fase 2” de forma a cumprir os requisitos necessários à integração, adoção e migração dos serviços. São previstos para esta fase a realização de, no mínimo, as seguintes atividades:

2.4.1.4.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.1.4.2.1 Executar em conjunto com a CONTRATANTE as atividades definidas no plano de correção estabelecido na “Fase 2”.

2.4.1.4.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.1.4.3.1 Designar os recursos humanos e técnicos necessários à execução em conjunto com a CONTRATADA das atividades definidas no plano de correção estabelecido na “Fase 2”.

2.4.1.5 FASE 4 - HABILITAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.4.1.5.1 Nessa fase prevê-se a habilitação e configuração dos serviços do ambiente online com a realização de no mínimo as seguintes atividades:

2.4.1.5.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.1.5.2.1 Apresentar o plano de conscientização dos usuários finais.

2.4.1.5.2.2 Apresentar o plano de treinamento dos usuários finais.

2.4.1.5.2.3 Apresentar o plano de treinamento dos administradores dos serviços online.

- 2.4.1.5.2.4** Apresentar o plano de treinamento do time de suporte.
- 2.4.1.5.2.5** Apresentar plano de migração, incluindo cronogramas e estratégias à equipe da Gerência de Operações, para aprovação.
- 2.4.1.5.2.6** Configurar as contas administrativas para os serviços online conforme execução das atividades de migração.
- 2.4.1.5.2.7** Realizar a configuração dos recursos necessários à migração, incluindo a sincronização dos objetos do Microsoft Active Directory.
- 2.4.1.5.2.8** Realizar em conjunto com a CONTRATANTE a configuração da infraestrutura relacionada à conectividade e segurança, tais como: portas de firewall, proxy, configurações de rede, etc.
- 2.4.1.5.2.9** Realizar em conjunto com a CONTRATANTE teste de funcionalidades dos serviços contratados.
- 2.4.1.5.2.1 0** Validar a disponibilidade de todos os serviços online devidamente habilitados, configurados e funcionais.
- 2.4.1.5.2.1 1** Apresentar a documentação contendo informações detalhadas e roteiro passo a passo de todo processo de habilitação e configuração das definições globais e testes funcionais dos ambientes.
- 2.4.1.5.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE**
- 2.4.1.5.3.1** Implementar o plano de conscientização dos usuários finais.
- 2.4.1.5.3.2** Implementar o plano de capacitação dos usuários finais.
- 2.4.1.5.3.3** Implementar o plano de capacitação dos administradores dos serviços online.
- 2.4.1.5.3.4** Implementar o plano de capacitação do time de suporte.
- 2.4.1.5.3.5** Fornecer à CONTRATADA os acessos e permissões necessárias para a execução das tarefas de configuração.
- 2.4.1.5.3.6** Fornecer à CONTRATADA as contas administrativas para os serviços online conforme for apropriado para a execução das atividades de migração.
- 2.4.1.5.3.7** Fornecer à CONTRATADA o acesso ou os recursos humanos e técnicos necessários para as configurações.

2.4.1.6 FASE 5 - MIGRAÇÃO DE DADOS

2.4.1.6.1 Esta fase prevê a migração dos dados do correio eletrônico do ambiente atual da AgeRio para os serviços online.

2.4.1.6.2 Esta etapa deve ser entregue através de 03 (três) ondas de migração, sendo segmentadas em: jovens aprendizes, estagiários e equipe técnica de TI, comissionados e, por fim, membros ativos, diretoria e presidência.

2.4.1.6.2.1 A migração de dados da primeira onda fornecerá ao time de projeto os parâmetros de migração que serão usadas como base para o planejamento das ondas de migração seguintes;

2.4.1.6.2.2 Do serviço de correio eletrônico atualmente em uso pela AgeRio deverão ser migrados: e-mails; regras de caixas de correio; contatos de caixas de correio; calendário; tarefas; assinaturas; itens recuperáveis; listas de distribuição.

2.4.1.6.2.3 Pela incompatibilidade entre as soluções de e-mail, será necessário a utilização de ferramenta externa para a migração de itens que compõem as contas, como contatos, agenda e tarefas a fazer.

2.4.1.6.3 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.1.6.3.1 Realizar a migração dos dados de mensagens eletrônicas, atualmente hospedados nos servidores de serviço de correio eletrônico da AgeRio.

2.4.1.6.3.2 Fornecer apoio presencial pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias ao time de suporte da CONTRATANTE, orientando na resolução de problemas pós-migração, relacionados ao acesso dos serviços de correio eletrônico e mensagens instantâneas.

2.4.1.6.3.3 Participar da assistência pós-migração para problemas críticos, sendo considerados críticos os seguintes problemas: perda de dados durante a migração; o ambiente de origem estar indisponível após migração; atividades de migração que possam causar impactos no ambiente de origem.

2.4.1.6.4 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.1.6.4.1 Controlar a migração, obedecendo ao cronograma previamente acordado.

2.4.1.6.4.2 Fornecer à CONTRATADA o acesso ou os recursos humanos e técnicos, disponíveis, necessários para operações pós-migração, quando necessário.

2.4.1.6.4.3 Estabelecer em conjunto com a CONTRATADA as ações relativas aos recursos não migrados com sucesso, estabelecendo prazo para nova tentativa.

2.4.1.6.4.4 Supervisionar ações pós-migração para problemas críticos. Serão considerados críticos os seguintes: perda de dados durante a migração; ambiente de

origem indisponível durante a migração; atividades de migração que possam gerar problemas no ambiente de origem.

2.4.1.7 FASE 6 - ESTABILIZAÇÃO E ENCERRAMENTO

2.4.1.7.1 Nessa fase prevê-se a estabilização dos ambientes de e-mail, assim como atividades de encerramento do projeto e preparação para início dos serviços de operação assistida dos serviços de e-mail.

2.4.1.7.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.1.7.2.1 Documentação contendo o plano de trabalho dos serviços de operação assistida do novo ambiente online.

2.4.1.7.2.2 Repasse de conhecimento técnico do ambiente implantado.

2.4.1.7.2.3 Documentação final de todos os ambientes implantados.

2.4.1.7.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.1.7.3.1 Participar das atividades de encerramento do projeto.

2.4.1.8 ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

2.4.1.8.1 Durante cada uma das fases de implantação poderá haver a necessidade de liberação de acessos e integração entre o ambiente local com o ambiente em nuvem do fabricante para migração dos dados.

2.4.1.8.1.1 A CONTRATADA deverá solicitar a autorização do acesso necessário à equipe responsável da CONTRATANTE, que avaliará a solicitação e procederá com a liberação caso pertinente.

2.4.2 MIGRAÇÃO FILE SERVER (ON PREMISES X NUVEM MICROSOFT)

2.4.2.1 CONDIÇÕES GERAIS

2.4.2.1.1 O valor estimado para cada unidade de serviços de implementação e migração deverá corresponder aos serviços prestados para cada volume de até 2 (dois) TB.

2.4.2.1.2 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar um Gerente de Projetos, durante a execução contratual, certificado para o gerenciamento de todas as atividades dos serviços de implementação e estabilização da solução.

2.4.2.1.3 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar, durante a execução contratual, um ou mais profissionais técnicos especializados, certificados pelo

fabricante, para execução das atividades, apoio e suporte durante as fases de implementação e estabilização da solução.

2.4.2.1.4 É responsabilidade da CONTRATADA dimensionar adequadamente o quantitativo de recursos necessários para a perfeita execução dos serviços.

2.4.2.1.5 Todas as fases abaixo descritas deverão ser concluídas no prazo de até 90 (noventa) dias corridos, após o recebimento da autorização de fornecimento.

2.4.2.1.6 Caso o prazo estabelecido não seja cumprido pela CONTRATADA motivado por ação da CONTRATANTE, novos prazos deverão ser estabelecidos em comum acordo entre CONTRATANTE e CONTRATADA, sem ônus para a AgeRio.

2.4.2.2 FASE 1 - INICIAÇÃO E PLANEJAMENTO DO AMBIENTE ONLINE

2.4.2.2.1 Nessa fase prevê-se a explanação do processo de habilitação e integração do ambiente, apresentação de todos os requisitos necessários à habilitação e configuração do ambiente online, incluindo-se os requisitos para o Microsoft Active Directory (AD) e planejamento das próximas fases com a realização de, no mínimo, as seguintes atividades:

2.4.2.2.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.2.2.2.1 Realizar a reunião de início do projeto (kick-off).

2.4.2.2.2.2 Elaborar e entregar a ata da reunião de início do projeto (kick-off).

2.4.2.2.2.3 Entregar o documento contendo todos os requisitos exigidos e o plano de validação para habilitação e configuração do ambiente online para a entrega da solução.

2.4.2.2.2.4 Entregar um plano de serviços que corresponde ao cronograma de atividades a serem executadas.

2.4.2.2.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.2.2.3.1 Ter finalizado o processo de aquisição das licenças pertinentes à execução dos serviços descritos neste Termo de Referência.

2.4.2.2.3.2 Engajar e participar da reunião de abertura bem como gerenciar e orientar os participantes por parte da AgeRio.

2.4.2.2.3.2 Fornecer seus objetivos para os serviços do Office 365 bem como as métricas de sucesso para a construção do plano de serviços.

2.4.2.3 FASE 2 - AVALIAÇÃO DO AMBIENTE ATUAL

2.4.2.3.1 Nesta fase deverá ser feita a análise do ambiente atual e de origem dos dados e todos os requisitos necessários à habilitação e configuração do ambiente online, incluindo-se a análise do Microsoft Active Directory (AD).

2.4.2.3.2 Deverão ser utilizadas as ferramentas e métodos necessários para a coleta de dados necessários para definição da estimativa de largura de banda e da avaliação dos navegadores da Internet, sistemas operacionais clientes, DNS (sistema de nome de domínio), rede, infraestrutura e sistema de identidade para determinar se é necessário fazer alterações antes da integração.

2.4.2.3.3 Ao final desta fase, deverá ser entregue um plano de correção conforme os requisitos mínimos para a integração dos serviços e, se necessário, para a migração das caixas de correio e/ou dados ocorrer com êxito.

2.4.2.3.4 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.2.3.4.1 Fornecer as orientações sobre as necessidades quanto a DNS, rede, conectividade e infraestrutura em geral.

2.4.2.3.4.2 Fornecer orientações sobre as necessidades de equidade quanto a sistemas operacionais, aplicativos e navegadores dos dispositivos que acessarão o ambiente, para garantir a completa compatibilidade com os recursos contratados.

2.4.2.3.4.3 Fornecer orientações sobre as necessidades de adequações quanto ao gerenciamento e provisionamento de identidades.

2.4.2.3.4.4 Fornecer informações sobre a habilitação de serviços qualificados e definidos como parte da integração.

2.4.2.3.4.5 Coletar informações do ambiente atual.

2.4.2.3.4.6 Elaborar cronograma com todo o sequenciamento das atividades, recursos e prazos do projeto para as correções necessárias e conseguinte habilitação e configuração do ambiente online.

2.4.2.3.4.7 Fornecer documento com a análise de todos os pré-requisitos necessários a habilitação e configuração do ambiente online e diretrizes de eventuais ajustes que a CONTRATANTE deverá executar em seu ambiente local durante a fase de Planejamento.

2.4.2.3.4.8 Fornecer os diagramas técnicos da arquitetura dos ambientes a serem instalados/configurados.

2.4.2.3.4.9 Fornecer documento contendo as diretrizes de gerenciamento do escopo, recursos, riscos e comunicação do projeto.

2.4.2.3.4.10 Criar um plano de suporte para a preparação da migração.

2.4.2.3.5 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.2.3.5.1 Identificar os participantes adequados para a execução das atividades de avaliação necessárias.

2.4.2.3.5.2 Fornecer à CONTRATADA, acesso e permissões necessárias.

2.4.2.3.5.3 Participar das reuniões para criação da lista de verificação de correção e contribuir com o planejamento geral, incluindo infraestrutura, rede, administração, preparação de sincronização de diretórios, segurança de rede e tópicos de identidade federada.

2.4.2.3.5.4 Participar das reuniões para estruturar a abordagem de provisionamento de usuários.

2.4.2.3.5.5 Participar das reuniões de planejamento para a configuração do serviço online.

2.4.2.4 FASE 3 - AVALIAÇÃO DO AMBIENTE ATUAL

2.4.2.4.1 Nesta fase prevê-se a execução das atividades necessárias identificadas na “Fase 2” de forma a cumprir os requisitos necessários à integração, adoção e migração dos serviços. São previstos para esta fase a realização de, no mínimo, as seguintes atividades:

2.4.2.4.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.2.4.2.1 Executar em conjunto com a CONTRATANTE as atividades definidas no plano de correção estabelecido na “Fase 2”.

2.4.2.4.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.2.4.3.1 Designar os recursos humanos e técnicos necessários à execução em conjunto com a CONTRATADA das atividades definidas no plano de correção estabelecido na “Fase 2”.

2.4.2.5 FASE 4 - HABILITAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.4.2.5.1 Nessa fase prevê-se a habilitação e configuração dos serviços do ambiente online com a realização de no mínimo as seguintes atividades:

2.4.2.5.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.2.5.2.1 Apresentar o plano de conscientização dos usuários finais.

2.4.2.5.2.2 Apresentar o plano de treinamento dos usuários finais.

2.4.2.5.2.3 Apresentar o plano de treinamento dos administradores dos serviços online.

2.4.2.5.2.4 Apresentar o plano de treinamento do time de suporte.

2.4.2.5.2.5 Apresentar plano de migração, incluindo cronogramas e estratégias à equipe da Gerência de Operações, para aprovação.

2.4.2.5.2.6 Configurar as contas administrativas para os serviços online conforme execução das atividades de migração.

2.4.2.5.2.7 Realizar a configuração dos recursos necessários à migração, incluindo a sincronização dos objetos do Microsoft Active Directory.

2.4.2.5.2.8 Realizar em conjunto com a CONTRATANTE a configuração da infraestrutura relacionada à conectividade e segurança, tais como: portas de firewall, proxy, configurações de rede, etc.

2.4.2.5.2.9 Realizar em conjunto com a CONTRATANTE teste de funcionalidades dos serviços contratados.

2.4.2.5.2.1 0 Validar a disponibilidade de todos os serviços online devidamente habilitados, configurados e funcionais.

2.4.2.5.2.1 1 Apresentar a documentação contendo informações detalhadas e roteiro passo a passo de todo processo de habilitação e configuração das definições globais e testes funcionais dos ambientes.

2.4.2.5.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.2.5.3.1 Implementar o plano de conscientização dos usuários finais.

2.4.2.5.3.2 Implementar o plano de capacitação dos usuários finais.

2.4.2.5.3.3 Implementar o plano de capacitação dos administradores dos serviços online.

2.4.2.5.3.4 Implementar o plano de capacitação do time de suporte.

2.4.2.5.3.5 Fornecer à CONTRATADA os acessos e permissões necessárias para a execução das tarefas de configuração.

2.4.2.5.3.6 Fornecer à CONTRATADA as contas administrativas para os serviços online conforme for apropriado para a execução das atividades de migração.

2.4.2.5.3.7 Fornecer à CONTRATADA o acesso ou os recursos humanos e técnicos necessários para as configurações.

2.4.2.6 FASE 5 - MIGRAÇÃO DE DADOS

2.4.2.6.1 Esta fase prevê a migração dos dados do file server *on premises* da AgeRio para os serviços online Microsoft.

2.4.2.6.2 Esta etapa deve ser entregue através de 02 (duas) ondas de migração, sendo segmentadas em: dados da diretoria de tecnologia e os dados das demais unidades gestoras da empresa.

2.4.2.6.2.1 A migração de dados da primeira onda fornecerá ao time de projeto os parâmetros de migração que serão usadas como base para o planejamento da segunda onda de migração;

2.4.2.6.2.2 Dos dados em utilização atualmente no servidor de arquivos pela AgeRio deverão ser migrados todos os arquivos em produção, respeitando as concessões de segurança de usuários e grupos.

2.4.2.6.3 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.2.6.3.1 Realizar a migração dos dados do file server, atualmente hospedados no servidor de arquivos da AgeRio respeitando as permissões necessárias.

2.4.2.6.3.2 Fornecer apoio pelo prazo mínimo de 40 horas, sendo os 3 primeiros dias no formato presencial, ao time de suporte da CONTRATANTE, orientando na resolução de problemas pós-migração, relacionados ao acesso dos serviços de correio eletrônico e mensagens instantâneas.

2.4.2.6.3.3 Participar da assistência pós-migração para problemas críticos, sendo considerados críticos os seguintes problemas: perda de dados durante a migração; o ambiente de origem estar indisponível após migração; atividades de migração que possam causar impactos no ambiente de origem.

2.4.2.6.4 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.2.6.4.1 Controlar a migração, obedecendo ao cronograma previamente acordado.

2.4.2.6.4.2 Fornecer à CONTRATADA o acesso ou os recursos humanos e técnicos, disponíveis, necessários para operações pós-migração, quando necessário.

2.4.2.6.4.3 Estabelecer em conjunto com a CONTRATADA as ações relativas aos recursos não migrados com sucesso, estabelecendo prazo para nova tentativa.

2.4.2.6.4.4 Supervisionar ações pós-migração para problemas críticos. Serão considerados críticos os seguintes: perda de dados durante a migração; ambiente de origem indisponível durante a migração; atividades de migração que possam gerar problemas no ambiente de origem.

2.4.2.7 FASE 6 - ESTABILIZAÇÃO E ENCERRAMENTO

2.4.2.7.1 Nessa fase prevê-se a estabilização dos ambientes do servidor de arquivos na nuvem Microsoft, assim como atividades de encerramento do projeto e preparação para início dos serviços de operação assistida do servidor de arquivos.

2.4.2.7.2 ATIVIDADES DA CONTRATADA

2.4.2.7.2.1 Documentação contendo o plano de trabalho dos serviços de operação assistida do novo ambiente online.

2.4.2.7.2.2 Repasse de conhecimento técnico do ambiente implantado.

2.4.2.7.2.3 Documentação final de todos os ambientes implantados.

2.4.2.7.3 ATIVIDADES DA CONTRATANTE

2.4.2.7.3.1 Participar das atividades de encerramento do projeto.

2.4.2.8 ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE

2.4.2.8.1 Durante cada uma das fases de implantação poderá haver a necessidade de liberação de acessos e integração entre o ambiente local com o ambiente em nuvem do fabricante para migração dos dados.

2.4.2.8.1.1 A CONTRATADA deverá solicitar a autorização do acesso necessário à equipe responsável da CONTRATANTE, que avaliará a solicitação e procederá com a liberação caso pertinente.

2.5 TREINAMENTOS

2.5.1 A CONTRATADA deverá capacitar os usuários finais na utilização de recursos do pacote nos aspectos inerentes ao dia-a-dia, e as equipes técnicas que serão responsáveis pelo suporte ao usuário e administração do ambiente online, sendo estes subdividido em 02 (dois) tipos:

2.5.1.1 TREINAMENTO TIPO 1

2.5.1.1.1 Treinamento para usuários finais: deverão ser realizados workshops presenciais para 5 turmas em dias distintos nas dependências da AgeRio, com carga horária total mínima de 8 (oito) horas para cada workshop sendo pelo menos 04 (quatro) horas por dia, com um total de horas para todos os workshops do treinamento do tipo de 40 (quarenta) horas, para um público máximo de 30 (trinta) pessoas, que deverão abordar as informações necessárias às atividades dos usuários como configuração e utilização dos recurso dos serviços. Estes workshops destinam-se usuários finais da ferramenta e devem abordar aspectos inerentes ao dia-a-dia dos usuários no ambiente da AgeRio.

2.5.1.2 TREINAMENTO TIPO 2

2.5.1.2.1 Contratação de treinamentos oficiais Microsoft para administração do ambiente Microsoft Office 365.

2.5.1.3 A contratada será responsável pelo treinamento de 4 (quatro) empregados da contratante para administração do ambiente Office 365 através dos seguintes treinamentos oficiais da Microsoft:

2.5.1.3.1 *MS-100T00-A: Microsoft 365 Identity and Services*

2.5.1.3.2 *MS-203T00-A: Microsoft 365 Messaging*

2.5.1.3.3 *MS-500T00-A: Microsoft 365 Security Administration*

2.5.1.3.4 *MS-700T00-A: Managing Microsoft Teams.*

2.5.1.4 A contratada deverá fornecer material oficial (apostila ou livro), sobre o conteúdo apresentado, sem custo adicional para a contratante (impresso ou em mídia eletrônica).

2.5.1.5 Deverão ser ministrados no idioma português (Brasil).

2.5.1.6 Os treinamentos deverão ter carga horária diária máxima de 4 horas, podendo ser ministrados de segunda-feira a sexta-feira de 08 as 12 horas ou de 13 as 17 horas.

2.5.1.7 Os treinamentos deverão ser realizados na modalidade online respeitando as cargas horárias definidas nos itens anteriores.

2.5.1.8 No caso dos treinamentos online, a turma não precisará ser exclusiva.

2.5.1.9 Para o treinamento na modalidade online, a contratada deve informar todos os requisitos necessários, como conectividade necessária aos laboratórios virtuais, regras de firewall a serem liberadas e softwares a serem instalados, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para o início do treinamento.

2.5.1.10 Não será admitido o uso de material fotocopiado ou qualquer outro que não seja adquirido diretamente do fabricante, com finalidade específica para ministrar curso oficial à CONTRATANTE.

2.5.1.11 Os materiais utilizados para os treinamentos (apostilas ou livros) devem apresentar todas as referências às funcionalidades e interfaces dos softwares em idioma compatível ao utilizado pela solução.

2.5.1.12 A contratada será responsável por todas as despesas com material didático, emissão de certificado, instrutor, passagens, diárias, softwares, encargos sociais e tudo mais que for necessário para ministrar o treinamento.

2.5.1.13 A contratada deverá se encarregar de registrar a presença dos participantes virtualmente.

2.5.1.14 A contratada deverá realizar pesquisa de satisfação sobre cada treinamento, após o mesmo ser ministrado.

2.5.1.14.1 A pesquisa deve abordar, no mínimo, a satisfação com o instrutor, com o conteúdo, a didática, o material, a efetividade e a avaliação geral do treinamento. Os critérios da pesquisa devem conter: insatisfeito, neutro e satisfeito.

2.5.1.14.2 Se mais de 70% (setenta por cento) dos participantes se declararem insatisfeitos na pesquisa de satisfação do treinamento, a CONTRATANTE poderá solicitar a realização de novo treinamento, com a reformulação que achar necessária, sem ônus adicional.

2.5.1.15 A contratada deverá fornecer aos participantes dos treinamentos os certificados de conclusão de curso contendo, no mínimo: o período, a carga horária e o nome do treinando. Os certificados deverão ser entregues aos participantes no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados do término do treinamento, impressos ou em mídia eletrônica.

2.5.1.16 A contratada deverá entregar ao preposto designado da CONTRATANTE a comprovação de participação/presença dos treinandos e o relatório sobre a pesquisa de satisfação, com seus critérios, respostas e resultados.

2.5.1.17 Os horários dos treinamentos deverão ser acordados entre contratante e contratada após a assinatura do contrato, conforme a necessidade e disponibilidade da equipe da contratante.

2.6 AMBIENTE ATUAL DA AGERIO

2.6.1 Atualmente, o ambiente de tecnologia da AgeRio provê serviços no formato “on-premise”, hospedados no Data Center da AgeRio. Alguns dos principais serviços ofertados que pretende-se migrar são:

2.6.1.1 Serviço de e-mail: atualmente hospedado em 01 (um) servidor Zimbra, conectado a um storage através de uma rede SAN, provendo os serviços aos usuários via rede LAN e WAN. Atualmente o volume utilizado pelo serviço de correio eletrônico é de aproximadamente 04 (quatro) Terabytes (TB) e atende à 170 (cento e setenta) usuários internos;

2.6.1.2 Serviço de compartilhamento de arquivos: atualmente é fornecido utilizando-se protocolo CIFS, na rede LAN, inclusive com recursos (servidores de arquivos) situados no Data Center. Contudo, a volumetria total encontra-se em 1,2 (um vírgula dois) TB;

2.6.1.3 Aplicativos de escritório: atualmente o padrão institucional é o Microsoft Office 2010, no entanto, o parque encontra-se muito heterogêneo devido às diversas instalações do Microsoft Office para compatibilidade com documentações recebidas de outros órgãos ou por questões de melhoria da produtividade de equipes de trabalho.

2.6.1.4 Todos os serviços fazem autenticação de usuários controlada pelo software Microsoft Active Directory instalados em um cluster de servidores Microsoft Windows Server 2012 R2, hospedados no Data Center da AgeRio.

2.6.1.5 Este ambiente está conectado à internet utilizando atualmente dois links de dados (dedicados) de 100 (cem) Mbps cada.

2.7 CONDIÇÕES GERAIS

2.7.1 Os dados armazenados na nuvem da Microsoft devem estar armazenados em Data Center no Brasil. Não é autorizado o armazenamento das informações da CONTRATANTE em Data Centers fora do território brasileiro.

2.7.2 Caso as condições de licenciamento do produto sejam alteradas pelo fabricante, as funcionalidades dos softwares deste Termo de Referência e os quantitativos definidos não poderão ser prejudicados.

2.7.3 Caso a alteração de licenciamento do produto impliquem em perdas qualitativas e/ou quantitativas, licenças complementares deverão ser fornecidas ao CONTRATANTE sem custo adicional.

2.7.4 Caso, à época da contratação, o fabricante tenha lançado novas versões dos produtos elencados no item anterior, ou simplesmente alterado a nomenclatura dos produtos, a CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE as novas versões dos softwares, compatíveis em funcionalidades e em iguais condições de contratação, sem nenhum custo adicional.

2.7.5 A plataforma deverá ter a capacidade de sincronizar com o Microsoft Active Directory, de tal forma que a criação e manutenção de usuários e listas de distribuição sejam centralizadas no data center (on premise) da CONTRATANTE.

2.7.6 Para autenticação do usuário, a solução deverá sincronizar a senha do Microsoft Active Directory com o serviço de nuvem ou oferecer mecanismos de autenticação federada. Os componentes usados para essa finalidade devem ser

criados pelo mesmo fabricante da solução, de tal forma que não há nenhum código de terceiros manipulando essa informação.

2.7.7 A solução deverá ser acessada através de criptografia TLS (Transport Layer Security) ou SSL (Secure Sockets Layer) de pelo menos 256bits.

2.7.8 As interfaces e telas das soluções oferecidas devem estar disponíveis no idioma Português do Brasil.

2.7.9 Possuir arquitetura redundante garantindo a continuidade da prestação do serviço, exceto em interrupções programadas de serviços, que devem ser informadas à CONTRATANTE com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

2.7.10 O provedor do serviço deverá monitorar constantemente a solução contra qualquer atividade suspeita ou incomum.

2.7.11 A plataforma deve possibilitar, a qualquer momento, a migração de dados para nuvem ou de volta à infraestrutura local.

3 JUSTIFICATIVA

3.1 A computação em nuvem se tornou uma realidade plenamente acessível às organizações, sendo mundialmente adotada por empresas e órgãos de governo. Dentre os benefícios da adoção deste modelo, destacam-se: redução de custos, elasticidade, redução da ociosidade dos recursos, agilidade na implantação de novos serviços, foco nas atividades finalísticas do negócio e uso mais inteligente da equipe de tecnologia da informação (TI).

3.2 Com a migração de serviços e hospedagem em ambiente baseado em nuvem, a infraestrutura computacional da AgeRio será aliviada em aproximadamente 30% (trinta por cento) de sua carga atual, ficando disponível à hospedagem de novos recursos, reduzindo os investimentos para sua expansão.

3.3 Outro ponto a ser destacado é que uma grande parcela da infraestrutura de softwares da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. opera sobre uma base de produtos Microsoft.

3.4 Como exemplo pode-se citar o ERP (Enterprise Resource Planning) da empresa SAP, operando em sistema operacional Windows Server e em banco de dados Microsoft SQL Server, bem como todo o ambiente de hospedagem de arquivos em rede (servidor de arquivos).

3.5 Falando-se em servidor de arquivos em rede, não apenas o ambiente opera sobre uma plataforma Microsoft como também grande parte dos arquivos armazenados são oriundos do pacote de softwares de escritório da Microsoft e neste sentido é de máxima importância adotar o princípio da padronização da plataforma de

software na AgeRio, com vistas a manter a compatibilidade com os produtos Microsoft que já se encontram em operação. Tudo isto de forma a preservar os investimentos realizados em seu parque tecnológico.

3.6 A plataforma de aplicativos Office 365 Enterprise oferecerá novas possibilidades, como a de trabalho colaborativo, acesso remoto através de qualquer dispositivo conectado à internet, integração com dispositivos móveis e novas formas de comunicação interpessoal, apoiando atividades administrativas e finalísticas.

3.7 Outras vantagens adicionais (com a adoção da suíte de aplicativos Office 365 Enterprise) serão a ampliação das capacidades de armazenamento de arquivos e e-mails, de conectividade e de disponibilidade dos serviços, a um nível que tornaria impossível fornecer através de tecnologias implantadas internamente nos Data Centers da AgeRio.

3.8 A ferramenta de e-mail é uma das mais utilizadas pelos usuários da AgeRio em seu trabalho diário e é o principal meio “virtual” de comunicação institucional. Atualmente implantada localmente “on premises” sobre software do mesmo fabricante da solução proposta, torna a futura migração para um novo ambiente praticamente imperceptível e sem nenhuma necessidade de readaptação por parte dos técnicos e usuários.

3.9 A solução proposta visa também preservar todo o histórico de treinamentos e experiência acumulada pelos técnicos que operam a solução e principalmente pelos usuários, visto à familiaridade com os padrões de ferramentas providas pela solução, largamente utilizadas no mundo. Apesar de ser possível uma mudança nesses padrões pelos propostos por outros fabricantes, reconhecemos que esse processo de readaptação poderia ser muito custoso, complexo e demorado, impactando em perdas de produtividade interna de difícil mensuração. Essa situação está claramente definida no Processo Administrativo nº 00693.000277/2017-38, especificamente no item 4.1 (Justificativa) do Termo de Referência (Anexo I) do Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2017, da Advocacia-Geral da União, conforme abaixo:

“(…) Na contratação pretendida, a escolha de soluções Microsoft sempre vem acompanhada do questionamento sobre o porquê desta em detrimento de outras opções no mercado, e é aqui que se faz valer a análise dos custos totais de propriedade.

Neste sentido, vale destacar que várias das funcionalidades mais importantes são utilizadas amplamente pelos usuários, ou seja, já estão estabelecidas no mercado e dispensam novas configurações e treinamentos, sendo, em sua maioria, transparentes para os usuários e de uso corriqueiro. Representando, logo de início, menores custos de implementação, migração, alteração, treinamento, dentre outros e, ainda, por não envolverem outras soluções de contorno, possivelmente menores custos com o suporte no longo prazo.

Outra importante consideração é a interoperabilidade entre as mais diversas soluções, a exemplo do serviço de correio eletrônico (Exchange), serviço de mensageria, vídeoconferência e colaboração (Skype for business), serviço de autenticação dos usuários (Active Directory), serviço de gestão do parque computacional (System Center Configuration Manager), solução de armazenamento de dados (SQL Server), servidores Web (IIS), dentre outras.

Há ainda o crucial fator da disponibilidade e abrangência de suporte, quer no planejamento, quer na implantação, o que assegura que o processo de implementação e consolidação seja muito mais confiável, evitando-se custos com interrupções no serviço e seus imensos custos decorrentes. (...)

(Fonte:

<http://www.comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/Download/Download.asp?coduasg=110161&numprp=332017&modprp=5&bidbird=N>)

3.11 Existem produtos similares no mercado, no entanto, para a implantação das funcionalidades presentes na solução proposta através de outros fabricantes seria necessária a aquisição e/ou instalação de softwares diversos, observando a real possibilidade de integração entre eles sem a garantia de que funcionariam em atualizações futuras desses softwares, além da necessidade de diversos treinamentos para os técnicos e usuários. Com essa complexidade e escopo, seria necessária a contratação de profissionais para reforçar a equipe atual de manutenção desse ambiente e de suporte técnico aos usuários. Em contrapartida, todas as ferramentas presentes na solução proposta no presente Termo de Referência são naturalmente integradas, onde as tarefas de administração se reduzem devido à facilidade de administração.

3.12 Quanto à possibilidade existente ainda de contratação sob a forma de compra definitiva da licença de uso dos mesmos produtos Microsoft que compõem a solução proposta, ao invés do “aluguel” previsto no presente Termo de Referência, identifica-se que os valores extrapolam os previstos no orçamento do AgeRio para esse projeto, impossibilitando uma implantação que atinja a todos os usuários e tragam os benefícios da colaboração. Além do mais, esse tipo de solução tem obsolescência rápida, geram custos de administração e gestão de contratos, dificuldades para implantação e atualização dos softwares, riscos de segurança se não forem atualizadas, incompatibilidade de versões de softwares, etc.

3.13 Dentro do que foi exposto, a adoção de outra solução envolveria uma longa curva de aprendizado até a socialização completa, bem como ensejaria um incremento relevante dos investimentos em treinamentos e geraria fortes impactos negativos do ponto de vista da economicidade. Dessa forma, entende-se que, sob os pontos de vista técnico e econômico, que a contratação da solução proposta é a medida mais adequada e que atenderá aos objetivos da AgeRio.

4 VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/____.

4.2 O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107 do Regulamento de Licitação da AgeRio, desde que a proposta da CONTRATADA seja comprovadamente mais vantajosa para a AgeRio.

5 PRAZO, FORMA E LOCAL DE ENTREGA

5.1 O CONTRATANTE encaminhará à CONTRATADA, pedido inicial para disponibilização das licenças, cujo quantitativo corresponderá ao mínimo previsto para o início do contrato (conforme itens 2.2.2 e 2.2.3).

5.1.1 O prazo para disponibilização das licenças de software é de até 15 (quinze) dias corridos a contar da data de confirmação do recebimento da autorização de fornecimento pela CONTRATADA.

5.1.2 A CONTRATADA deverá entregar, junto com o objeto contratado, documento formal que comprove que as licenças disponibilizadas encontram-se ativas e devidamente habilitadas em nome do CONTRATANTE.

5.1.3 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses de vigência do contrato, será apurada a quantidade de licenças ativas.

5.2 O prazo para a execução para os demais serviços que compõem o objeto da contratação é de até 60 (sessenta) dias corridos, exceto para os serviços de implementação e migração do *file server*, cujo prazo máximo é de até 90 (noventa) dias corridos, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento específica do serviço pela CONTRATADA, a ser emitida pela Gerência de Infraestrutura de Tecnologia – GEINF.

5.3 O termo inicial para o prazo de validade dos licenciamentos de uso se dará na data da efetiva disponibilização das licenças, conforme atestado pelo CONTRATANTE.

5.4 Cabe a CONTRATADA consultar com antecedência os seus fornecedores quanto aos prazos de entrega do produto especificado, não cabendo, portanto, a justificativa de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte dos fornecedores.

5.5 A CONTRATADA deverá executar fielmente as entregas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da fiscalização.

5.6 O recebimento provisório será realizado no ato de entrega dos bens ou licenças, mediante o documento “Termo de Aceite Provisório” ou atestado em nota fiscal, não configurando aceite definitivo.

5.7 O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência quantitativa e qualitativa do atendimento integral das condições exigidas no Edital e neste Termo de Referência, devidamente atestado no documento “Termo de Aceite Definitivo”.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a)** conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b)** prestar o serviço no endereço constante da Proposta;
- c)** prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d)** iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e)** comunicar ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f)** responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g)** reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h)** designar e manter preposto, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i)** elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j)** manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- k)** cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula de responsabilidade;
- l)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros;

- m) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- n) fornecer o serviço conforto descrito e em conformidade com os padrões estabelecidos pelo fabricante; e
- o) auxiliar a equipe técnica da AgeRio sempre que acionada e solucionar problemas relacionados ao serviço de suporte Microsoft;
- p) em caso de encerramento contratual, manter disponíveis os dados da CONTRATANTE por no mínimo 6 (seis) meses, prorrogável, se necessário, por mais 6 (seis) meses;
- q) O fornecedor não deve analisar ou processar o conteúdo dos e-mails para qualquer finalidade que não seja a prestação do serviço contratado. O fornecedor não deve analisar, processar ou indexar o conteúdo do e-mail para fins publicitários ou de criação de perfil de usuários;
- r) O fornecedor não recolherá qualquer informação sobre o uso da Internet ou a localização por parte dos usuários
- s) Além das garantias contratuais previstas em lei, dos serviços e licenças fornecidos, é de responsabilidade da CONTRATADA garantir ao CONTRATANTE que os softwares licenciados e/ou eventuais customizações não infrinjam quaisquer patentes, direitos autorais ou segredos de negócios.
- t) A emissão de aceite dos serviços pelo CONTRATANTE não exime a CONTRATADA da responsabilidade pela correção de erros porventura identificados, sem ônus adicional, durante a garantia dos serviços.

7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA DA LICITANTE

7.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1.1 Na etapa de habilitação da licitação, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove prestação de serviço(s) compatível(is) em características, prazos e/ou quantidades com o objeto a ser licitado. O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) obrigatoriamente observar as seguintes regras:

- a) A licitante deverá apresentar o(s) Atestado(s), comprovando que a licitante executou ou está executando contrato de prestação de **serviços que guarde similaridade com o objeto do Termo de Referência**;
- b) O(s) Atestado(s) deverá(ão) comprovar experiência de **no mínimo 12 (doze) meses, ininterruptos**, na execução dos serviços objeto da contratação.

7.1.1 Será admitido o somatório de atestados, desde que atendam obrigatoriamente e simultaneamente a todas as regras (sem exceção) contidas no item 7.1 do Termo de Referência.

7.1.2 O(s) Atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e deverá(ão) conter, ao menos, as seguintes informações:

- a)** Prazo da prestação/execução de serviços, contendo datas de início e de término;
- b)** Grau de satisfação do cliente;
- c)** Nome, cargo e telefone do signatário responsável pela emissão do atestado;
- d)** Razão social da instituição emitente do atestado;
- e)** Data de emissão;
- f)** Assinatura do(s) representante(s) da(s) instituição(ões) emitente(s) do(s) Atestado(s).

7.1.3 Não serão aceitos atestados emitidos pelo próprio licitante.

7.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.2.1 Deverão ser apresentadas as certidões negativas de falências e recuperação judicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física. Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

7.2.2 As certidões comprobatórias do atendimento ao disposto no item anterior, quando emitidas no Município do Rio de Janeiro, serão as dos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios do Registro de Distribuição.

7.2.3 Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

8 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira contratada pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato, bem como também poderá ser aceita a modalidade de pagamento mediante boleto bancário.

8.2 No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado, ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

8.2.1 Para fins do presente Termo de Referência, a instituição financeira contratada pela AgeRio é o banco contratado pela AGÊNCIA para o pagamento aos seus fornecedores e empregados.

8.3 O faturamento referente às licenças que compõem o objeto do contrato nos itens 2.3.1 e 2.3.2, deverá ser efetuado, conforme seguintes parcelas:

a) O valor a ser faturado no 1º (primeiro) mês de vigência contratual, corresponde aos quantitativos mínimos de licenças ativadas para o contrato em curso, conforme definido no item 5.1;

b) Caso ocorra ativação de licenças além do quantitativo mínimo de licenças, deverá ser cobrado um valor pró-rata mensal em relação ao valor unitário da licença, conforme apurado no item 5.1.3. Sempre deverá ser observado para que o número de licenças ativas não exceda ao máximo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos).

8.3.1 Para a definição dos quantitativos de licenças abrangidos pelo pagamento pró-rata mensal, adotar-se-ão as seguintes premissas e regramentos:

8.3.1.1 Durante a vigência do contrato, o CONTRATANTE poderá realizar pedidos de ativação de licenças, além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos), de acordo com a movimentação do seu quadro funcional.

8.3.1.2 Em caso de aumento no quantitativo de licenças ativadas no decorrer do contrato, deverá ser calculado o valor pró-rata mensal em relação ao valor unitário da licença, a partir da data da disponibilização da licença até a finalização do contrato.

8.3.1.3 O valor pró-rata acima indicado, referente às licenças ativadas além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos), no decorrer do contrato e apuradas no item 5.1, deverá ser faturado no mês subsequente à sua ativação.

8.3.1.4 O valor a ser pago pelas licenças ativadas além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) deverá ser o mesmo das licenças ativadas inicialmente, calculando-se apenas parcela pró-rata mensal.

8.3.2 O quantitativo total de licenças, incluindo as eventuais novas licenças que, por ventura, sejam ativadas durante a vigência do contrato, deverá respeitar o limite total determinando no item 2.1.1 (quadro de objetos) do presente termo de referência.

8.3.3 Em caso de prorrogação de contrato, conforme estabelecido no item 4.2, as licenças ativadas além do mínimo estabelecido no item 2.2.3, poderão ser reduzidas caso seja a necessidade da CONTRATANTE, de acordo com a movimentação de seu quadro funcional.

8.4 O faturamento referente às licenças que compõem o objeto deste contrato no item 2.3, deverá ser efetuado, após a comprovação da entrega destas pela CONTRATADA, e respectivos aceites pelo CONTRATANTE.

8.5 O faturamento referente aos serviços de treinamento, item 2.5 do presente termo de referência, deverá ocorrer somente após a comprovação da realização destes pela CONTRATADA, e respectivos aceites pelo CONTRATANTE.

8.6 O faturamento referente aos serviços de implantação e migração, item 2.4 do presente termo de referência, somente deverá ser realizado após o aceite e homologação de todas as fases de implementação da solução.

8.7 Para os demais itens que compõem esta contratação, o faturamento somente será autorizado após a devida confirmação, pela CONTRATANTE, do efetivo recebimento desses objetos.

8.8 O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante aceites, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

8.8.1 A Contratada deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio, sito à Av. Rio Branco, nº 245 - 3º andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ.

8.9 Satisfeitas as obrigações previstas nos itens 8.8 e 8.8.1, o pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da apresentação da nota fiscal, isenta de erros.

8.10 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 10 (dez) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

8.11 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

8.12 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta (data limite ou data final definida para o acolhimento de propostas na licitação), poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, desde que haja expressa requisição nesse

sentido, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual.

8.12.1 A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

8.12.2 Os reajustes não serão automáticos e serão obrigatoriamente precedidos de requerimento tempestivo e fundamentado da CONTRATADA, a ser encaminhado à AgeRio.

8.12.3 O prazo decadencial convencionado para a Contratada solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora da AgeRio, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

8.13 A CONTRATADA deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010.

9 DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1 Será exigido do(s) licitante(s) vencedor(es) de todos os lotes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura do contrato, uma garantia, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 105 do Regulamento de Licitações da AgeRio, da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser restituída após sua execução satisfatória.

9.1.1 Caso seja eleita a fiança bancária como modalidade de garantia para assegurar a execução do contrato, deverão ser observadas as seguintes disposições, sob pena de não aceitação do instrumento de garantia pela AgeRio:

a) A instituição emissora da fiança bancária deverá possuir registro ativo no Banco Central do Brasil;

b) A fiança bancária deverá conter as seguintes informações:

I – valor, dados completos do tomador, dados completos do beneficiário, vigência, objeto e nº do Contrato;

II – cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito da afiançada;

III – indicação da AGÊNCIA como beneficiária;

IV – cláusula de renúncia aos benefícios previstos nos artigos 366, 827 e 838 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

V – cláusula estabelecendo prazo de validade até a extinção das obrigações da afiançada;

VI – declaração de que a Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social, e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários;

VII – deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria;

VIII – cláusula com a eleição de foro, preferencialmente, no Município do Rio de Janeiro;

IX – o subscritor da Carta de Fiança Bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nos itens acima.

9.2 A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

9.3 Caso o valor do contrato seja alterado, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

9.4 Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (dias) úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

9.5 O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

9.6 A apresentação irregular ou não recolhimento, pela CONTRATADA, da garantia, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e dará ensejo ao bloqueio do pagamento até que a garantia seja regularmente apresentada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções correspondentes.

9.7 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza a CONTRATANTE a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

9.8 A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

10 PENALIDADES

10.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, aplicadas pela autoridade competente, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa compensatória e/ou moratória;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a AgeRio, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.2 O licitante que, convocado nos prazos indicados no edital e/ou nos prazos oficialmente divulgados pela AgeRio, conforme o caso, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará suspenso de licitar e contratar com a AgeRio, e terá o seu registro no Cadastro de Fornecedores suspenso pelo prazo de até 2 (dois) anos, conforme disposto no art. 122 do Regulamento de Licitações da AGÊNCIA, sem prejuízo das multas previstas em edital, contrato e das demais cominações legais.

10.3 Deverão ser obrigatoriamente observadas as demais regras sobre sanções dispostas no Regulamento de Licitações da AgeRio, no Edital e no CONTRATO.

11 DOS RECURSOS FINANCEIROS

11.1 Os recursos necessários à realização dos serviços correrão à conta do orçamento próprio da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A.

12 DA APRESENTAÇÃO E DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

12.1 Os interessados deverão apresentar proposta comercial para a prestação do serviço solicitado, consoante às condições especificadas neste Termo de Referência.

12.2 A proposta de preço englobará todas as despesas e custos diretos e indiretos, despesas com ferramentas e materiais, mão de obra, frete e transporte, taxas e outros tributos de qualquer natureza, encargos sociais, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias à perfeita execução do serviço, salvo expressa previsão legal. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

12.3 O prazo de validade da proposta comercial é de 60 (sessenta) dias.

12.4 No momento em que o fornecedor ou a empresa interessada remete e entrega a sua proposta à AGÊNCIA, esta expressa sua concordância oficial com todas as informações, condições, especificações, quantitativos e exigências contidas no presente Termo de Referência, no edital e respectivos anexos.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2021.

David Bezerra de Oliveira
Gerente Executivo
Gerência de Infraestrutura de Tecnologia – GEINF

ANEXO II - FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE PREÇOS

<p>CNPJ Nº 05.940.203/0001-81 Inscrição Municipal nº 336.355-4 Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio Av. Rio Branco, nº 245 - 3º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – Tel.: 21 2333-1250– Fax: 21 2333-1277</p>		<p>PROPOSTA DE PREÇOS Licitação por Pregão Eletrônico nº 007/2021 Data da Abertura: 28/09/2021, às 14:05h Data da Disputa: 28/09/2021, às 14:10h Processo nº SEI-220009/000268/2021</p>			
<p>A firma ao lado mencionada propõe fornecer a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, pelos preços abaixo assinalados, obedecendo rigorosamente às condições estipuladas no Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2021.</p>		<p>CARIMBO DA FIRMA</p>			
LOTE	CÓDIGO DO ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	Quant.	Valor Total 12 meses (R\$)
1	Código do Item: 0193.001.1141 (ID - 154309)	Serviço de fornecimento de subscrição de licença de uso do Microsoft Office 365 E3 e Microsoft Office E5 que constituem solução de comunicação, colaboração, produtividade, incluindo migração, implementação, configuração, suporte técnico, repasse de conhecimento e garantia de atualização das versões, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as especificações detalhadas e quantitativos constantes do Termo de Referência (Anexo I).	Serv	1	
Valor Total em R\$					

Valor Total por Extenso	
-------------------------	--

QUADRO DE ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇOS

DESCRIÇÃO	UNID	QUANTIDADE	Prazo de Entrega	Valor (R\$)
OFFICE 365 E3 PER USER PART NUMBER: AAA-04073. Válido por 12 meses	Serviço	150	Até 15 dias corridos	
OFFICE 365 E5 PER USER PART NUMBER: AAA-28248. Válido por 12 meses	Serviço	50	Até 15 dias corridos	
Serviço de Implementação e Migração de Emails (Zimbra para Office 365)	Serviço	1	Até 60 dias corridos	
Ferramenta de Migração (Zimbra x MS Office 365)	Serviço	170	Até 15 dias corridos	
Serviço de Implementação e Migração File Server (On Premises Microsoft x Nuvem Microsoft)	Serviço	1	Até 90 dias corridos	
Treinamento Tipo 1	Serviço	1	Até 60 dias corridos	
Treinamento Tipo 2	Serviço	1	Até 60 dias corridos	
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (12 meses) (R\$)				

DADOS BANCÁRIOS/LICITANTE

Banco (Nome/Número):

Agência (Nome/Número):

Conta Corrente nº

OBSERVAÇÕES

1. A proposta de preço deverá:
 - ser enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
 - conter os preços em algarismos e por extenso, por unidade, já incluídas as despesas de fretes, impostos federais ou estaduais e descontos especiais;
2. O Proponente obrigará-se-á, mediante o envio da proposta de preço, a cumprir os termos nela contidos.
3. A proposta de preço deverá ser devolvida a esta Agência, até a hora e data marcadas, em envelope fechado, de acordo com a especificação constante do Edital de Pregão Eletrônico nº 007/2021.
4. A presente licitação poderá ser anulada no todo, ou em parte, de conformidade com a legislação vigente.

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

Local de entrega: Av. Rio Branco, nº 245 - 3º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.040-917 – Tel.: 21 2333-1250 – Fax: 21 2333-1657

Declaramos inteira submissão ao presente termo e legislação vigente.

Em, ____/____/____

FIRMA PROPONENTE

CNPJ nº

Inscrição Estadual nº

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA PARA ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 43.150, de 24.08.11

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr. Presidente da Comissão ou Pregoeiro
Ref. Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo)_____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas e;
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA EMPRESA LICITANTE COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr. Presidente da Comissão ou Pregoeiro
Ref. Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021

_____(Entidade)_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____(endereço completo)_____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

ENTIDADE

nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is)

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO EXIGIDOS PELO ARTIGO 14 DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DA AGERIO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO EXIGIDOS PELO ARTIGO 14 DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DA AGERIO

(EM PAPEL TIMBRADO DO LICITANTE e/ou PRETENZA CONTRATADA, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr. Presidente da Comissão ou Pregoeiro
Ref. Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021

A _____ (**descrever a razão social da sociedade**), inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ (**preencher com o nome completo do representante legal da sociedade e, em seguida, com seu cpf e identidade**), inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, em relação à empresa licitante e/ou pretensa contratada, que:

I – O administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social da Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO é dirigente ou empregado da AgeRio;

II – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO está Suspensa pela AgeRio;

III – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO foi Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma do Art. 87, inc. IV da Lei nº 8.666/93 ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com base no Art. 7º da Lei nº 10.520/02, cujos efeitos ainda vigorem;

IV – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO está constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V – A Licitante e/ou Contratada NÃO possui administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO está constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO possui administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO possui, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

IX – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO possui, em seus quadros de empregados, em seus quadros de diretores, em seus quadros de administradores e em seu quadro de sócios ou cotistas, empregado da AgeRio ou gerente ou superintendente ou diretor ou qualquer outro tipo de dirigente da AgeRio;

X – A Licitante e/ou pretensa Contratada, por meio de seus quadros de empregados, de administradores, de diretores e de sócios ou cotistas, NÃO possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) Dirigente da AgeRio;

b) Empregado da AgeRio cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) Governador ou Secretário de Estado do Rio de Janeiro.

XI – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO possui proprietário, mesmo na condição de sócio, que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a AgeRio há menos de 6 (seis) meses.

XII – A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO está enquadrada como grupo econômico ou financeiro, ou está enquadrada como grupo econômico ou financeiro, contudo, está participando somente com uma proposta de preços, estando válida sua participação no referido certame e em conformidade com os termos exigidos pelo Regulamento de Licitações da AgeRio.

XIII – A Licitante e/ou pretensa Contratada cumpre todos os requisitos, condições e exigências do Art. 14, do Regulamento de Licitações da AgeRio, de modo que NÃO está impedida de participar do certame e/ou impedida de ser contratada pela AGÊNCIA.

XIV – A Licitante e/ou pretensa Contratada tem pleno conhecimento das regras e cumpre todas as exigências e condições descritas no instrumento convocatório, nos seus anexos e no Termo de Referência.

ASSINAR ACIMA E PREENCHER (NESTE ESPAÇO) COM A RAZÃO SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA OU NOME COMPLETO DA PESSOA FÍSICA A SER CONTRATADA

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado com CNPJ)

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE

(EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

a/c Sr.

Presidente da Comissão ou Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021

_____ (Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação pela AgeRio, impedimento de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal, cujos efeitos ainda vigorem.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

CARIMBO DA PESSOA JURÍDICA COM CNPJ (dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

ANEXO VIII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO AgeRio/ADM Nº ____/20__

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO DO MICROSOFT OFFICE 365 E3 E MICROSOFT OFFICE E5 QUE CONSTITUEM SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRODUTIVIDADE, INCLUINDO MIGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, REPASSE DE CONHECIMENTO E GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO DAS VERSÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM A AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A E A _____

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. – AgeRio**, com sede na Av. Rio Branco, nº 245, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 05.940.203/0001-81, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato por dois Diretores, na forma do seu Estatuto Social, e/ou por procuradores devidamente constituídos, e a sociedade _____, situada na Rua _____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pela _____, inscrito no CPF sob o nº _____, com endereço na Rua _____, Cidade _____, conforme instrumento _____ (ex.: contrato social, Estatuto ou procuração) apresentado, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE USO DO MICROSOFT OFFICE 365 E3 E MICROSOFT OFFICE E5 QUE CONSTITUEM SOLUÇÃO DE COMUNICAÇÃO, COLABORAÇÃO, PRODUTIVIDADE, INCLUINDO MIGRAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO, REPASSE DE CONHECIMENTO E GARANTIA DE ATUALIZAÇÃO DAS VERSÕES**, com fundamento no processo administrativo nº SEI-220009/000268/2021, que se regerá pelas normas do

Regulamento de Licitações AgeRio, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017 e, no que couber, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e pelo Decreto Estadual nº 42.301/10, e do instrumento convocatório (Pregão Eletrônico nº 007/2021), aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a prestação de serviço de fornecimento de subscrição de licença de uso do Microsoft Office 365 E3 e Microsoft Office E5 que constituem solução de comunicação, colaboração, produtividade, incluindo migração, implementação, configuração, suporte técnico, repasse de conhecimento e garantia de atualização das versões, pelo período de 12 (doze) meses, na forma do Termo de Referência, Proposta de Preços e do instrumento convocatório, todos do Pregão Eletrônico nº 007/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO: O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de __/__/__.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 107 do Regulamento de Licitações da AgeRio, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja comprovadamente mais vantajosa para a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços, do Regulamento de Licitações da AgeRio e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da proposta;
- c) prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) designar e manter preposto, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter-se, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- k) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da Cláusula Oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- l) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à CONTRATANTE, aos usuários ou terceiros.
- m) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

n) cumprir todas as obrigações e exigências fixadas no Termo de Referência e Edital.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta do orçamento empresarial da **CONTRATANTE**, para o corrente exercício de 2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total estimado de R\$ _____
(_____).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução, do Regulamento de Licitações da AgeRio e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pela **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de até 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, mediante parecer circunstanciado, assinado pelas partes, após decorrido o prazo de até 30 (trinta) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações,

esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exigem de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por todo e qualquer dano que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposamente, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou acompanhamento pela **CONTRATANTE**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionado no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO – No caso do PARÁGRAFO QUARTO, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total estimado de R\$ _____ (_____), de acordo com as devidas entregas de cada parcela do objeto e observadas as disposições deste contrato, do Edital, e respectivos Anexos, incluindo a Proposta de Preços detalhada e apresentada na licitação e o Termo de Referência (Anexo I do Edital), sendo os pagamentos efetuados diretamente na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pelo **CONTRATANTE**, bem como também poderá ser aceita a modalidade de pagamento mediante boleto bancário. Para fins do presente Contrato, instituição financeira contratada pela **CONTRATANTE** é o Banco Bradesco S.A., atualmente contratado pela AgeRio para o pagamento aos seus fornecedores e empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela **CONTRATANTE** ou caso verificada pela **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da referida instituição financeira, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O faturamento referente às licenças que compõem o objeto do contrato nos itens 2.3.1 e 2.3.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), deverá ser efetuado, conforme seguintes parcelas:

- a) O valor a ser faturado no 1º (primeiro) mês de vigência contratual, corresponde aos quantitativos mínimos de licenças ativadas para o contrato em curso, conforme definido no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital);
- b) Caso ocorra ativação de licenças além do quantitativo mínimo de licenças, deverá ser cobrado um valor pró-rata mensal em relação ao valor unitário da licença, conforme apurado no item 5.1.3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital). Sempre deverá ser observado para que o número de licenças ativas não exceda ao máximo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Para a definição dos quantitativos de licenças abrangidos pelo pagamento pró-rata mensal, adotar-se-ão as seguintes premissas e regramentos:

PARÁGRAFO QUARTO – Durante a vigência do contrato, o **CONTRATANTE** poderá realizar pedidos de ativação de licenças, além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I do Edital), de acordo com a movimentação do seu quadro funcional.

PARÁGRAFO QUINTO – Em caso de aumento no quantitativo de licenças ativadas no decorrer do contrato, deverá ser calculado o valor pró-rata mensal em relação ao valor unitário da licença, a partir da data da disponibilização da licença até a finalização do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O valor pró-rata acima indicado, referente às licenças ativadas além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I do Edital), no decorrer do contrato e apuradas no item 5.1 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), deverá ser faturado no mês subsequente à sua ativação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O valor a ser pago pelas licenças ativadas além do quantitativo mínimo estabelecido no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I do Edital) deverá ser o mesmo das licenças ativadas inicialmente, calculando-se apenas parcela pró-rata mensal.

PARÁGRAFO OITAVO – O quantitativo total de licenças, incluindo as eventuais novas licenças que, por ventura, sejam ativadas durante a vigência do contrato, deverá respeitar o limite total determinando no item 2.1.1 (quadro de objetos) do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

PARÁGRAFO NONO – Em caso de prorrogação de contrato, conforme estabelecido no item 4.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), as licenças ativadas além do mínimo estabelecido no item 2.2.3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), poderão ser reduzidas caso seja a necessidade da CONTRATANTE, de acordo com a movimentação de seu quadro funcional.

PARÁGRAFO DÉCIMO – O faturamento referente às licenças que compõem o objeto deste contrato no item 2.3 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), deverá ser efetuado, após a comprovação da entrega destas pela CONTRATADA, e respectivos aceites pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – O faturamento referente aos serviços de treinamento, item 2.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), deverá ocorrer somente após a comprovação da realização destes pela CONTRATADA, e respectivos aceites pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – O faturamento referente aos serviços de implantação e migração, item 2.4 do Termo de Referência (Anexo I do Edital), somente deverá ser realizado após o aceite e homologação de todas as fases de implementação da solução.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Para os demais itens que compõem esta contratação, o faturamento somente será autorizado após a devida confirmação, pela CONTRATANTE, do efetivo recebimento desses objetos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO – O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal para pagamento à **CONTRATANTE**, sito à Av. Rio Branco, nº 245, 3º andar, Rio de Janeiro, RJ, após a entrega de cada parcela.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO – Satisfeitas as obrigações previstas no Edital, anexos e do presente contrato, especialmente quanto aos parágrafos décimo quarto e décimo quinto, o pagamento será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da apresentação da nota fiscal (isenta de quaisquer erros).

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 10 (dez) dias úteis ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO – Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta (data limite ou data final definida para o acolhimento de propostas na licitação), poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do IBGE, desde que haja expressa requisição nesse sentido, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO – A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO – Os reajustes não serão automáticos e serão obrigatoriamente precedidos de requerimento tempestivo e fundamentado da **CONTRATADA** a ser encaminhado à **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO – As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora da **CONTRATANTE**, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO – A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, de 9 de julho de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo art. 105, §1º, do Regulamento de Licitações AgeRio, a ser restituída após sua execução satisfatória. Caso seja eleita a fiança bancária como modalidade de garantia para assegurar a execução do contrato, deverão ser observadas as seguintes disposições, sob pena de não aceitação do instrumento de garantia pela AgeRio:

a) A instituição emissora da fiança bancária deverá possuir registro ativo no Banco Central do Brasil;

b) A fiança bancária deverá conter as seguintes informações:

I – valor, dados completos do tomador, dados completos do beneficiário, vigência, objeto e nº do Contrato;

II – cláusula de atualização de seu valor pelos mesmos índices de atualização do débito da afiançada;

III – indicação da AGÊNCIA como beneficiária;

IV – cláusula de renúncia aos benefícios previstos nos artigos 366, 827 e 838 da Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

V – cláusula estabelecendo prazo de validade até a extinção das obrigações da afiançada;

VI – declaração de que a Carta de Fiança foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, do seu estatuto social, e que os seus signatários estão investidos dos poderes necessários;

VII – deverá ser emitida por instituição financeira idônea e devidamente autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação própria;

VIII – cláusula com a eleição de foro, preferencialmente, no Município do Rio de Janeiro;

IX – o subscritor da Carta de Fiança Bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nos itens acima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com os arts. 115 e 116 do Regulamento de Licitações AgeRio, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (dias) úteis, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – A **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A apresentação irregular ou não recolhimento, pela **CONTRATADA**, da garantia, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e dará ensejo ao bloqueio do pagamento até que a garantia seja regularmente apresentada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções correspondentes.

PARÁGRAFO OITAVO – O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza a **CONTRATANTE** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

PARÁGRAFO NONO – A garantia, qualquer que seja a modalidade apresentada pelo vencedor do certame, deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no arts. 115 e 116 do Regulamento de Licitações AgeRio, mediante termo aditivo.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no art. 116 citado acima, haverá demonstração objetiva do fato em processo administrativo e acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por ato unilateral de qualquer das partes, em virtude do não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais e das demais hipóteses previstas no art. 124 do Regulamento de Licitações AgeRio, sem que caiba direito a indenizações de qualquer espécie à parte que deu causa à rescisão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A rescisão decorrente dos motivos elencados no art. 124, Parágrafo Primeiro, incisos I, III a X e XIV, do Regulamento de Licitações AgeRio, será efetivada após o regular processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a AgeRio.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, devendo ser aplicada pela autoridade competente, conforme Regime de Alçadas vigente, aprovado pelo Conselho de Administração da **CONTRATANTE**;

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato;

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à **CONTRATADA** quando não apresentada a documentação exigida nos parágrafos segundo e terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, prevista na alínea c, do *caput*.

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - O valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo sétimo, será descontado dos pagamentos a serem efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, e/ou da garantia contratual. Caso o valor seja superior ao crédito da **CONTRATADA** em face da **CONTRATANTE** e/ou da garantia prestada, além da perda destes, responderá o infrator pela sua diferença.

PARÁGRAFO OITAVO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO NONO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de notificação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A notificação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos, com a consequente notificação do interessado.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de suspensão temporária da participação em licitação ficarão impedidos de contratar com a CONTRATANTE enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, serão cobrados judicialmente, caso não haja êxito na cobrança amigável.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a **CONTRATANTE** consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual;

II - quando tiver sido dispensada a licitação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO CONTROLE EXTERNO

Após a assinatura do contrato, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do instrumento, na forma e no prazo determinado por este, se for o caso.

CLAUSULA DÉCIMA OITAVA: DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO

As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores, empregados, prepostos e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a execução deste **CONTRATO**, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** das Leis Anticorrupção e/ou da Política Anticorrupção da **CONTRATANTE**, disponível em seu sítio eletrônico, será considerado uma infração grave ao **CONTRATO** e conferirá à **CONTRATANTE** o direito de, agindo de boa fé, declararem rescindido imediatamente o **CONTRATO**, sem qualquer ônus de penalidade, sendo a **CONTRATADA** responsável por perdas e danos, nos termos da lei aplicável.

CLAUSULA DÉCIMA NONA: DA LEGISLAÇÃO GERAL SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A **CONTRATADA**, por si e por quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, obriga-se a atuar no presente **CONTRATO** em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018.

No manuseio dos dados a **CONTRATADA** deverá:

a) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da **CONTRATANTE** e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à **CONTRATANTE**, que terá o direito de rescindir o **CONTRATO** sem qualquer ônus, multa ou encargo.

b) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da **CONTRATANTE**.

d) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da **CONTRATANTE** assinaram Acordo de Confidencialidade com a **CONTRATADA**, bem como a manter quaisquer dados pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à **CONTRATANTE**.

e) Treinar e orientar a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da **CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Caso a **CONTRATADA** seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a **CONTRATANTE** para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A **CONTRATADA** deverá notificar a **CONTRATANTE** em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela **CONTRATADA**, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, por meio de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações - SEI-RJ, garantida a eficácia das Cláusulas, nos termos do Decreto N° 46.730 de 09 de agosto de 2019, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também assinam, para um só e mesmo efeito de direito.

Rio de Janeiro, em ____ de _____ de ____.

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

NOME DA CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

Testemunhas:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:

ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS IDÔNEOS E ORIGINAIS

(EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou Pregoeiro

Ref. Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021

_____ (Entidade) _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na (endereço completo) _____, neste ato representada pelo seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____, expedida por _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que todos os documentos apresentados para sua participação no presente Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021 são originais e/ou cópias autenticadas, devidamente digitalizados, se constituindo em documentos verdadeiros e idôneos, respeitando-se todas as disposições do Edital de Pregão em epígrafe.

ENTIDADE

(nome da entidade com assinatura do(s) seu(s) representante(s) legal(is))

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE PESSOA EXPOSTA POLITICAMENTE (PEP) PARA SÓCIOS DE PESSOA JURÍDICA FORNECEDORA

(EM PAPEL TIMBRADO, dispensado em caso de carimbo com CNPJ)

Local e data

À/Ao

Comissão de Licitação ou **Pregoeiro**

Ref. Pregão Eletrônico AgeRio nº 007/2021

Em conformidade com o que dispõem a Lei nº 9.613/98 e a Circular 3.978/20, que estabelecem normas e procedimentos a serem adotados pelas instituições financeiras relativamente ao acompanhamento obrigatório das operações e das propostas de operações realizadas por **pessoas expostas politicamente (PEP)**, **DECLARO**, na condição de **sócio de pessoa jurídica prestadora de bens ou serviços à AGERIO**, conhecer os termos da legislação vigente, que considera como **PEP**:

1. Presidente e Vice-Presidente da República;
2. Deputado Federal e Senador da República;
3. Ministro de Estado ou equiparado;
4. Ocupantes de cargos de natureza especial ou equivalente, do Poder Executivo da União;
5. Presidente, Vice-Presidente e Diretor, ou equivalentes, de entidades da Administração Pública Indireta do Poder Executivo da União;
6. Detentores de cargos DAS 6 ou equivalente; Prefeito e Presidente de Câmara Municipal de capitais de Estados.
7. Membros do CNJ, STF e Tribunais Superiores;
8. Membros dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, dos Tribunais Regionais Eleitorais, do CSJT e CJF;
9. Membros do CNMP, Procurador Geral e Vice Procurador Geral da República, Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar, Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais dos Estados e do DF;
10. Membros do TCU, Procurador-Geral e Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao TCU;
11. Presidente e os Tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

12. Governadores e Secretários de Estado e do Distrito Federal;
13. Deputados Estaduais (no caso do DF – deputados distritais), Presidente, ou **equivalente, de entidades da Administração Pública Indireta Estadual;**
14. Presidente do Tribunal de Justiça, Tribunal Militar e Tribunal de Contas dos Estados e do Distrito Federal;
15. Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais;
16. Presidente, ou equivalente, de entidades da Administração Pública Indireta Municipal;
17. Presidente de Tribunal de Contas, ou equivalente, dos Municípios.

São também consideradas pessoas expostas politicamente em razão da afinidade ou vínculo que possuem com o agente público que ocupa cargo, emprego ou função da lista de PEP:

18. Familiar: os parentes – na linha reta ou colateral – **até o segundo grau**, o cônjuge, o companheiro, a companheira o enteado e a enteada;
19. Estreito colaborador: Pessoa que tenha qualquer tipo de estrita relação com PEP (Exemplos: Participação conjunta em sociedade de pessoa jurídica; Ser procurador, mandatário ou preposto de PEP; Participação conjunta em arranjos sem personalidade jurídica) e Pessoa que tenha o controle de PJ ou arranjo sem personalidade jurídica, que beneficia PEP.

São também consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

Em complemento ao exposto acima, outrossim, **DECLARO:**

- a) Que sou ou já fui, nos últimos cinco anos, **PEP:** () Não () Sim
- b) Que possuo familiares (parentes, na linha reta, até o segundo grau, o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada), que são ou já foram, nos últimos cinco anos, **PEP:** () Não () Sim
- c) Que sou representante legal ou preposto de quem é ou já foi nos últimos cinco anos, **PEP:** () Não () Sim
- d) Que possuo, nos últimos 5 (cinco) anos, relacionamento próximo ou estrita relação com **PEP** (Exemplos: participação conjunta em sociedade de pessoa jurídica; ser procurador, mandatário ou preposto de PEP; participação conjunta em arranjos sem personalidade jurídica) e Pessoa que tenha o controle de PJ ou arranjo sem personalidade jurídica que beneficia **PEP:** () Não () Sim

Observação: O prazo de cinco anos deve ser contado, retroativamente, a partir da data de término do cargo/função que enquadrava o fornecedor ou pessoa a ele vinculado como PEP.

Caso o sócio tenha assinalado “sim”, preencha abaixo, os dados da PEP:	
Nome completo:	
Descrever o parentesco/relação:	
Especificar o cargo/ função:	
Período de exercício ou mandato:	
Identidade:	Nascimento:
Órgão emissor:	Data emissão:
CPF:	

DECLARO, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

DECLARO, ainda, para os fins de que tratam a Circular BACEN nº 3.978/20, que me responsabilizo quanto às informações aqui prestadas no que se refere à veracidade e exatidão.

DECLARO, por fim, ter ciência de que deverei manter atualizadas as informações ora prestadas.

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

Nome completo:	
Identidade:	Nascimento:
Órgão emissor:	Data emissão:
CPF:	

Assinatura do Sócio
NOME COMPLETO DO SÓCIO